

BARCELONA – GAC: Sessão de redação do Comunicado do ICANN63 (4)

Quarta-feira, 24 de outubro de 2018 – 17h às 18h30 CEST

ICANN63 | Barcelona, Espanha

MANAL ISMAIL:

Agora já temos texto aqui na tela, eu peço, por favor, que ocupem seus lugares. Então, vão encontrar um e-mail de Fabian porque vão ter que atualizar os buscadores para poder ver os textos atualizados, caso contrário vão continuar vendo o texto antigo. Agora temos então o texto proposto para a sessão sobre jurisdição que diz o seguinte: com respeito às recomendações, matéria de jurisdição, não há consenso dentro do GAC a respeito de aprovar ou rejeitar assim como estão.

Alguns membros do GAC apoiam as recomendações, outros membros consideram que a redação da recomendação 4.3 não indica um caminho a seguir claro para tratar os riscos associados com o (sometimento) [00:01:39] da ICANN aos Estados Unidos, foi eliminado então o parágrafo seguinte, e continua dizendo: os países que objetam essa posição no entanto tirariam a sua objeção se o Board implementasse completamente as três recomendações sobre jurisdição. Cujo caso estaria em condições de aprovar essas recomendações. E o resto do texto está eliminado, é um texto com breve, simples, há alguma reação imediata? Eu vejo Reino Unido, o Brasil que tem a palavra.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

BRASIL: Quero apresentar uma modificação antes de escutar as opiniões de outros, se me permitem.

MANAL ISMAIL: Sim, mas está aqui o Reino Unido primeiro, depois eu devolvo a palavra.

BRASIL: Era apenas uma moção de ordem. Porque eu acho que é natural que se alguém está apresentando um texto tenha a oportunidade de explicar porque foi redigido dessa forma e da onde surge.

MANAL ISMAIL GAC CHAIR: Desculpe. Eu passei a ler então, vamos escutar uma explicação do Brasil se não tem problema Reino Unido.

REINO UNIDO: Também uma moção de ordem. Com prazer vou escutar a explicação. Mas primeiro quero dizer que eu acho que seria útil ter um pouco mais de tempo fora da plenária para trabalhar sobre este texto. Este é um texto que está sendo proposto por um país que não foi discutido no grupo mais reduzido. O grupo reduzido estava avançando contra o texto que estávamos discutindo e que não está projetado na tela. Me surpreende que tenha sido interrompido a (inint) [00:03:40] desse grupo mais reduzido e agora estamos vendo a proposta de apenas um país. Eu acho que precisaríamos de mais tempo assim podemos

avançar um pouco mais no grupo porque estávamos avançando já. Mas com prazer vou escutar a proposta do Brasil.

MANAL ISMAIL GAC CHAIR: Obrigado, Reino Unido. Eu entendo que o grupo reduzido, eu vou ouvir a todos os participantes afetados. O Brasil quer dar a justificativa para esse texto?

BRASIL: Sim. Eu acho que a observação do Reino Unido é válida. No momento fomos parte desse grupo reduzido pensei que tínhamos avançado a alguma formulação acordada. Eu estava tentando transmitir essa ideia atual. Mas se não é assim, eu vou remeter novamente ao grupo. Isso está avançando nesse grupo, eu quero fazer parte desse grupo reduzido. Se me permitem comentar em breve o fundamento desta proposta, na minha opinião o que fica claro, por esse motivo eu sugiro essa mudança.

Talvez possamos subir um pouco o texto na tela. Eu sugiro modificar a forma em que tratamos os diferentes aspectos porque não é correto dizer que alguns membros apoiaram e outros membros não. Não oponho às recomendações. Eu acho que o problema que estamos tendo, especialmente com respeito ao ponto 4.3 não tem a ver com o apoio, mas com interpretação da forma que está redigido.

Como foi apresentado esse ponto não dá segurança aos membros do GAC que em ocasiões anteriores expressaram suas preocupações por esta parte do texto. E não indica um caminho claro. Então eu sugiro

mudar, com respeito às recomendações sobre jurisdição, não há consenso entre o GAC para aprovar ou rejeitar essas recomendações tal e qual estão apresentadas agora. E depois eu diria que alguns membros apoiam as recomendações tal como estão e outros consideram que a redação da recomendação 4.3 não indica um caminho claro a seguir para tratar os riscos associados com o (inint) [00:06:25] dos Estados Unidos ou da ICANN, a jurisdição dos Estados Unidos.

E depois no grupo pequeno estamos avançando uma situação de compreensão, de entendimento de que se o board decide implementar as três recomendações de forma igualitária, apesar da diferença da formulação. Se é uma decisão de promover as três recomendações convidando a comunidade a discuti-las e lançar esse processo, então aí o GAC poderia provar essas recomendações. Na verdade, o que queríamos dizer aqui na tela é que os países que objetam retirariam a sua objeção se o board implementasse plenamente as três recomendações não teria jurisdição e, portanto, começasse o processo.

Ou seja, não só que implemente as recomendações com a formulação tal e qual está agora, que solicita uma consulta, mas que comece esse processo. Aí então o GAC estaria em condições de aprovar recomendações. Eu achei que esta era uma ideia central que tinha sido apresentada de diferentes formas dentro do grupo através dos diferentes participantes, por exemplo, uma formulação alternativa dizia aprovar sempre que o board tenha um tom mais positivo, e

diríamos que o GAC no seu conjunto poderia dar a sua aprovação desde que o board implementasse plenamente.

Poderíamos procurar outras ideias. Resumindo, esse grupo pequeno estava avançando antes de que eu me separasse, então com prazer eu me unirei novamente. Mas eu juraria reter esse parágrafo nesse contexto, ou seja, no contexto em que pedimos ao Board que implemente as três recomendações. O GAC assessorou por consenso ao Board nesse sentido. Então aqui vincularíamos esta parte do comunicado com a sessão sobre assessoramento. E eu acho que a justificativa está muito clara e depois passaríamos ao fundamento que foi referenciado ao assessoramento.

Eu fiz de boa-fé para dar a Tom alguma coisa que pudesse colocar no papel tentando refletir o que pensava que era consenso. Mas entendo que o grupo depois continuou discutindo e, claro, eu quero ser parte desse grupo reduzido, se me permitem, pelo interesse que temos nesse tema eu espero poder continuar discutindo isso com os meus colegas.

MANAL ISMAIL GAC CHAIR: Obrigado, Brasil. Depois de escutar a justificativa o grupo reduzido estaria em condições de comentar este texto que está na tela ou prefeririam tratar por separado? Se já podemos trabalhar tomando por base esse texto que está apresentado aqui na tela? Reflete o avanço conseguido por este grupo reduzido, é necessário realizar alguma modificação aqui? Estados Unidos?

UNITED STATES: Obrigada, senhora presidente. Eu sou Ashley dos Estados Unidos. Levando em conta todo o trabalho que se estava realizando dentro do grupo reduzido eu acho que é melhor tratar por separado porque estávamos avançando muito bem, de forma considerável e não trabalhar sobre esse texto apresentado na tela. Obrigada.

MANAL ISMAIL GAC CHAIR: Obrigada. Isto faríamos de imediato? Podemos então fazer um novo recesso de 15 minutos? Podemos dar 15 minutos ou menos, talvez 10 minutos? Quanto tempo precisam para apresentar um novo texto? Estou um pouco preocupada porque são 15 para as seis agora. Sim, Austrália?

AUSTRÁLIA: Obrigado, senhora presidente. Eu sinto que é necessário apenas alguns minutos porque avançamos consideravelmente nesse grupo. Estávamos nos últimos detalhes do texto que considerávamos, que representa a opinião de todos. Mas não tivemos chance de compartilha-lo com Brasil. Eu acho que alguns minutos seriam suficientes. Obrigado.

MANAL ISMAIL GAC CHAIR: Muito bem. Então damos 10 minutos para poder receber o novo texto sobre o tema de jurisdição. Se tem antes, por favor, nos avisem. Estamos prontos para recomeçar o trabalho assim que possível.

Obrigada. Me perguntaram se podemos terminar para 7:30 porque é a hora que temos que deixar as interações. Confirmando este horário? Muito bem. Parece que chegamos a um final feliz. Muito bem. Estamos prontos então agora? Vamos ver o novo texto proposto.

O GAC deseja manifestar seu agradecimento pelo trabalho produtivo e diligente realizado pelo grupo intercomunitário sobre prestação de constas da área de trabalho dois, seus co-presidentes, membros e contribuintes. O GAC considerou o relatório final e as recomendações do CCWG e recomenda, aí continua a lista que é igual. Essas recomendações são aceitas pelo Board.

O GAC trabalhará com a comunidade para monitorar sua implementação, especialmente a respeito da diversidade de direitos humanos e o impacto das recomendações sobre transparência das negociações entre a ICANN e os governos. Eu acho que é basicamente, o GAC aprova as recomendações sobre jurisdição do relatório. Se bem alguns membros do GAC prefeririam que as recomendações sobre a jurisdição fossem além disso para reduzir o risco, em contato a sugestão de ICANN, a jurisdição dos Estados Unidos.

Então relatório aprovou o relatório. Sempre que o Board implemente o assessoramento do GAC que consta a seguir. Na parte de assessoramento do GAC, O GAC assessorará o board a iniciar um processo multisetorial, sobre a base da consulta com a comunidade da ICANN para abordar as questões vinculadas com a jurisdição que não foram resolvidas no CCWG, área de trabalho dois fundamentos, as questões vinculadas com a jurisdição da ICANN não foram resolvidas

no CCWG, área de trabalho um, mas que foram incluídas na área de trabalho dois, como subgrupos de jurisdição do CCWG adverte, continuam existindo alguns temas dessa questão que não chegaram a uma resolução final dentro do processo de áreas de trabalho dois, e que portanto, dão espaço às seguintes preocupações, Brasil?

BRASIL:

Obrigado Manal, eu acho que isso reflete o que debatemos, nós achamos que é bastante conciso, que é bastante direta a mensagem que estamos incluindo, se manifesta eu acho que de forma muito elegante as diferenças que estamos propondo, quais são as futuras ações que devem ser cumpridas, e o que queremos sugerir e propor, eu gostaria que com a indulgência daqueles que participaram nesse grupo, podemos colocar na tela o assessoramento por favor?

Mais uma vez, o texto reflete o que debatemos, mas como estamos fazendo e dando um passo dizendo que aprovamos o relatório desde que o assessoramento seja implementado, nós achamos que no assessoramento temos que ser bem claros com o que queremos dizer.

Nós proporíamos uma alternativa que diga na base da consulta, que pode ser talvez em parênteses, na base das consultas não, que diga consultando com, porque na base da consulta, acho que damos muita flexibilidade, e que inclusive o início do processo dependeria ou estaria marcado numa consulta. E a nossa intenção é que o Board tenha que começar o processo consultando com a comunidade. E isso é o que estou propondo, não sei se agora para começar o debate, vamos começar assim como está, mas talvez se temos mais tempo eu

gostaria de escutar a reação dos colegas, ou debater no plenário se for necessário.

MANAL ISMAIL: Reino Unido, por favor.

REINO UNIDO: Obrigado, senhora presidente, obrigado a todos que participaram nesse grupo reduzido, porque realmente trabalhamos arduamente para chegar a uma solução intermédia, e eu acho que todos estamos tratando de fazer o nosso melhor esforço e talvez seja difícil para todos. O texto que fala na base da consulta, é uma coisa que nós podemos apoiar. Mas acho que não podemos apoiar a última mudança sugerida, que diz: consultando com.

Eu estou falando de um país que começou dizendo que nós não queremos nenhum processo multisetorial, e nós achamos que o trabalho já foi feito. Entendemos que há opiniões diferentes e que por isso fazemos essa concessão. Mas eu acho que o equilíbrio conseguido pelo texto é bastante delicado e frágil, então eu acho que deveríamos ficar com o que decidimos no grupo reduzido, e não abrir agora debate.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Reino Unido, eu agradeço a todas as concessões realizadas este ponto intermédio.

ESTADOS UNIDOS: Eu acho que eu estou de acordo com o que disse Paul do Reino Unido, por motivos diferentes. Eu acho que nós corremos o risco, não tem tanto a ver com, consultando com, mas pela eleição que fizemos das outras palavras. A ICANN unilateralmente impõe à comunidade um debate, e não acredito que seja o espírito do processo multisetorial ao qual nos referimos, a ideia é que os outros também tenham essa ideia, porque senão, começa mais um debate, eu sugeriria então que ficasse o texto acordado pelo grupo reduzido.

MANAL ISMAIL: Obrigado Estados Unidos, o Brasil pode aceitar então o texto proposto que está na tela?

BRASIL: Eu diria de passarmos à outra sessão, onde também precisamos realizar concessões. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Desculpe Brasil, mas não ficou clara a proposta. Podemos deixar assim?

BRASIL: Eu diria deixar o que está entre parênteses e depois voltar. Porque quando tenhamos todo o texto, podemos analisar melhor.

MANAL ISMAIL: Vamos passar então ao próximo assunto, que tem a ver com os direitos humanos. Aqui temos então o texto inicial, segundo a proposta do Irã, e o texto na cor verde, é uma sessão modificada, depois de que Irã consultou com outros colegas, que também tinham interesse nesse tema.

IRÃ: Muito obrigado, Manal, agradecemos os comentários recebidos do Canadá e da Comissão Europeia, conseguimos aproximar os colegas nessa sessão em definitiva estamos dando uma versão modificada do texto original, queremos explicar um pouco como para esclarecer alguns pontos que estão aqui no texto, o primeiro tem a ver com o procedimento. Isso foi proposto um pouco tarde esse parágrafo eu digo, para ser introduzido no texto, o tema é que recebemos vários pedidos, das novas empresas, e das ONGs do Irã que manifestaram a sua preocupação e suas inquietações pelas consequências humanas dessas sanções nos cidadãos comuns. Sentimos a necessidade então de manifestar a nossa preocupação e pedimos desculpas se essa, se não cumpriu os procedimentos habituais. Em segundo lugar, não queremos mudar o âmbito de interpretação, tal e qual está no relatório. O que estamos fazendo, o que estamos tentar destacar, ou dar ênfase, ou mencionar dentro do que tem a ver com interpretação, é apresentar essa preocupação. Não queremos mudar ou quebrar o consenso conseguido sobre esse relatório, mas apenas se trata de assinar uma coisa que a ICANN tem que tomar isso em conta também. Também temos especificado que se do DNS e o TLD, questões relativas

ao DNS e ao TLD, não em comentário geral, isso quanto aos comentários do Canadá, também modificamos isso.

MANAL ISMAIL: Obrigada Irã, obrigada por ter respondido as três questões de preocupação. Comissão Europeia agora.

COMISSÃO EUROPEIA: Quanto às nossas preocupações, o que tentamos discutir durante a pausa foi primeiro entender, pois eram os problemas. Mas o que temos aqui é que o processo para discuti-los não foi respeitado, essa é uma questão muito importante, merece uma discussão apropriada, com os grupos apropriados, para depois aconselhar aqui, apreciamos os comentários feitos agora ao GAC pelo Irã, mas o processo deve ser revisto, precisamos ter mais clareza sobre essa questão num espaço adequado, e depois fazer um comentário. Não é só consultar os dois membros do GAC que levantaram essa questão, não, como se não tivéssemos tido discussões, não podemos considerar essa questão encerrada, esse processo continua ainda.

MANAL ISMAIL: Obrigada, obrigada Comissão Europeia. Dinamarca.

DINAMARCA: Obrigado, nós também temos dificuldade com o processo, e nas nossas discussões não foi introduzida essa questão, não tivemos a oportunidade para entender e discutir, então do ponto de vista de

procedimentos, temos dificuldades. E isso observamos o CCWG também e na reunião de direitos humanos também, e na reunião plenária, eu não me lembro de que essa questão tivesse incluída na questão de direitos humanos, só falamos em sanções no espaço jurisdições. Pareceria que estão lançando um novo processo, em que essa jurisdição deveria ser tratada de novo, que seria mais frutífero coloca-lo nesse contexto no futuro, mas não aqui neste comunicado. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigada. Irã.

IRÃ: A nossa resposta, é exatamente chamar a atenção sobre essa questão, a questão das sanções também poderia ser discutida no ponto de direitos humanos e não apenas em jurisdição, porque essa também é uma questão de direitos humanos. Entendemos a questão do procedimento e o respeitamos, mas ficamos surpresos de que os colegas europeus e canadenses, apoiem a expansão do escopo dos direitos humanos, incluindo essa questão. Deveríamos colocar talvez que alguns membros do GAC indicaram que essa questão deveria ser mencionada aqui. Acho que não seria nenhum problema isso.

MANAL ISMAIL: Obrigada Irã, Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA: Em resposta ao que disse o Irã, não é uma questão de conteúdo, nós apoiamos a ativação do escopo. Mas talvez precisaríamos de mais discussão. E deixar essa questão aberta para mais discussões e que não seja tratada de forma limitada, mas que agora no último minuto no comitê do GAC.

MANAL ISMAIL: Obrigada Comissão Europeia.

IRÃ: Obrigado Manal, e obrigado Comissão Europeia, entendemos plenamente as perspectivas de vocês, mas temos parafraseado o texto dizendo alguns membros do GAC etc., mas há muitos precedentes de que no comunicado do GAC temos essas expressões que indicam as perspectivas de alguns membros. Sim, essa é uma organização internacional, e isso é possível. Mas Manal, acho que devemos ir com base, e com os meios para explorar a questão, e já com maneiras e meios de tratar essa questão devem ser explorados, ou pesquisados. É uma maneira de não fechar a porta, deixar o espaço, depois como isso será explorado já é outro assunto. Obrigado.

MANAL: Obrigado. Austrália, e depois a Comissão Europeia.

AUSTRÁLIA: Obrigado senhora presidente, eu não quero fazer comentários sobre os sentimentos que estão por trás deste texto, mas quero falar sobre o

processo. O comunicado deve ser um reflexo das deliberações do GAC e neste caso eu concordo com os colegas do Canadá e da Comissão Europeia, não houve um debate profundo essa semana sobre essa questão, e por isso é que concordo com eles.

MANAL ISMAIL: Sim Austrália, sim, me avisaram que isso foi discutido ontem durante a sessão da redação do comunicado, mas não na sessão plenária. Irã?

IRÃ: Deveríamos tratar ainda mais todo o comunicado. É um texto muito longo sobre o cumprimento do WHOIS, e estamos a favor, mas já discutimos isso brevemente no grupo de trabalho ontem de manhã, e quando nós estamos aqui no GAC não ficamos contra isso, e a questão foi levantada ontem, deliberada nossos colegas a Comissão Europeia e o Canadá, desejam explorar ainda mais a situação agora, fazer mais modificações, e eu acho que não é preciso deliberar mais nessa etapa.

MANAL ISMAIL: Desculpe a Comissão Europeia, eu não vi vocês...

COMISSAO EUROPEIA: Sim, alguns membros do GAC, quando começamos uma sentença é para referir-nos de que houve uma deliberação importante, e que alguns membros expressaram a sua opinião, ou não concordaram. Eu vejo aqui o esforço, aprecio o esforço aqui que estão nas últimas sentenças, que é preciso aprofundar mais e de forma apropriada, que

é o que nós dissemos, mas também, comentário esse no comunicado, na maneira que está, precisa de um pouco de discussões de antecedentes de fundo. E é isso que está faltando. Não é uma questão de conteúdo, é uma questão de procedimento.

MANAL ISMAIL:

Então, e se dissermos que alguns membros do GAC manifestaram essa questão, vocês acham que foi comentado, não que foi discutido, mas que foi uma questão levantada por alguns membros do GAC, vocês estariam satisfeitos com esse texto? Trindade e Tobago.

TRINIDADE E TOBAGO:

Eu sou Carrel de Trindade e Tobago, quanto aos procedimentos, eu sei que esse é um debate que já tem ido muito longe, eu entendo que é um ponto simples. Eu já trabalhei no grupo de trabalho, e não fui levado à reunião plenária, e aqui onde entra a questão do procedimento, porque aqui é importante refletir, que seja um reflexo do que foi tratado na reunião plenária. Isso é, um registro do que aconteceu na reunião plenária. Um ponto simples esse apenas.

MANAL ISMAIL:

Obrigada. Algum comentário sobre o texto que está aqui na tela?

IRÃ:

Não há problema de ser quem indicou, levantou, mas o que, os colegas dizem que não foi discutido suficientemente, e isso já tá no último parágrafo, na última parte. Isso que ainda precisa ser explorado, ainda

mais. Então isso já está incluído aqui, essa ideia de que ainda precisa ser discutido, ou deliberado. É isso que eu acredito, obrigado.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigada, não falar de conteúdo, mas do procedimento, não entendo porque temos aqui esse texto, essa é uma resposta a um relatório, e os debates vinculados ao relatório, e os nossos pontos de vista do relatório. Isso não foi discutido no contexto do marco de interpretação, ou na discussão de direitos humanos, ou na via de trabalho dois, do CCWG.

Acho que estamos tentando fazer, incluir aqui algo que não deveria ser incluído, encaixar algo que é difícil de encaixar, se nós tivéssemos que falar sobre que houveram preocupações sobre a jurisdição, e sobre o grupo de trabalho intercomunitário em uma sessão específica deles quanto a alguns países específicos, talvez sim faria sentido, e poderíamos mencionar essas questões das sanções, mas aqui neste ponto, não estamos respondendo ao relatório, muito obrigada.

MANAL ISMAIL:

Então quanto aos direitos humanos e o marco de interpretação, o subgrupo discutiu isso Jorge, você poderia contar um pouco sobre como foi o processo, em si mesmo? Esse assunto específico, por exemplo, foi levantado nos subgrupos de direitos humanos? Desculpe de eu perguntar isso.

JORGE CANCIO: O secretariado anotou o que foi discutido, durante as discussões do grupo de trabalho de legislações sobre direitos humanos, a transcrição pode ser checada, agora eu não me lembro se deliberamos sobre esse assunto ou não, e além disso, uma norma muito útil que nós temos para a redação do communique, é incluir só coisas que foram discutidas na sessão plenária. Eu me lembro bem dessa norma, de quando ela foi implementada, e isso aqui seria entrar em novas discussões de questões que não foram debatidas na plenária, e deveríamos cumprir essa norma.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada pelo comentário sobre o processo, Irã.

IRÃ: Obrigado Manal, não deveríamos entrar no conteúdo, se houve ou não houve discussões, mas se é uma questão que foi levantada na reunião de alto nível, foi mencionada, e nem tudo foi discutido, é por isso que colocamos aqui essa parte que diz que precisa ser explorada ainda mais. Não devemos ser pressionados para dizer que não houve consenso sobre o marco de interpretação de direitos humanos, vocês têm os direitos e são as nossas preocupações que não estou sendo aqui tratadas. É a melhor maneira de apresentar isso. Dizer, há alguns anos o GAC levantaram uma questão, mencionaram, e outros comentaram que essa questão deveria ser explorada no futuro, mais profundamente. E temos o direito para mencionar isso. Dizer que não chegamos a um consenso sobre esse relatório. Mas que deva ser

comunicado, não é outra questão, mas a ausência do consenso é essa aqui.

MANAL ISMAIL:

Obrigada Irã, só peço um esclarecimento sobre essa reunião governamental de alto nível, esse é um evento separado, tem a sua própria programação, e aqui nós estamos refletindo todas as discussões que houve na reunião de alto nível, nós estamos aqui colocando o que foi discutido na reunião plenária. Não devemos aqui abrir a porta ao que foi discutido na reunião de alto nível. Portanto, eu diria que passássemos, continuássemos, e depois outra vez revisemos se isso, e as diferentes interações que serão discutidas depois de revisar novamente o communique. E agora, o que, que vem depois?

O próximo ponto é a questão da prestação de contas da ICANN. Eu vou ler o rascunho, a assessoria consensuada do GAC, e o primeiro item se refere à responsabilidade da ICANN, prestação de contas jurisdições, recomendações correspondentes, e nós entre colchetes tínhamos colocado uma frase alternativa, o Brasil pediu que deixássemos isso para mais adiante, já falamos sobre a contraposição sobre, na base das consultas, em consulta com, e essa é a primeira. Estamos já preparados então para escolher entre essas duas opções com base nas consultas ou em consulta proposta pelo Brasil.

BRASIL:

Senhora presidente, essa é a única questão que está pendente aqui, não deveríamos ver outras sessões antes de passar a esse item oito?

MANAL ISMAIL: Estamos tentando seguir a ordem do texto, mas se precisarmos de mais tempo poderemos avançar ao próximo elemento da recomendação.

TOM DALE: O segundo elemento da recomendação do GAC, a diretoria tem a ver com os códigos de dois caracteres em segundo nível que diz que o GAC, o único, desculpe, o único assunto mais conflitante aqui era a necessidade no item dois desse parágrafo, e a necessidade de esclarecer, o processo preciso que suspenda a resolução emitida em Hyderabad, estamos aqui tentando fazer uma referência, colocar uma referência com esse indicador. A última vez que esse assunto foi discutido pelo que eu entendi, não apareceu nenhum outro problema, a respeito dos outros dois itens, um e três.

MANAL ISMAIL: Agora é os Estados Unidos que pedem a palavra.

ESTADOS UNIDOS: Obrigada, Senhora Presidente, talvez houve outra alternativa, há outra alternativa que, e eu devo admitir agora que estou dando uma segunda checagem, eu não acho que nunca tenha feito referência a esse processo, como processo de autorização, mas sempre falamos de notificação em recomendações prévias do GAC, talvez por isso poderíamos já resolver esse assunto aqui.

TOM DALE: Para esclarecer isso, o texto que está aqui em cor de rosa na tela, se refere à alteração feita no procedimento pré-existente de notificação e de acordo. Não sei se esse termo é suficientemente preciso.

ESTADOS UNIDOS: Eu já vi uma referência a esses processos nos nossos documentos, e sugiro que sigamos o que já foi acordado, por questões de tempo, porque como disse o Jorge Cancio antes, porque se fizemos referências às diferentes coisas com outros nomes ou rótulos, isso poderia causar confusão. Eu não me lembro de que fosse mencionado um procedimento de notificação e acordo, mas só de notificação. É só isso. Obrigada.

MANAL ISMAIL: Obrigada Estados Unidos, Fabien você pode falar por favor?

FABIEN BETREMIEUX: Sim, eu estou observando aqui, checando a questão da recomendação, encontrei uma notificação na reunião de Cingapura em 2015, vou ler a sentença, o GAC recomenda o board uma emenda, no processo atual, para as solicitações de autorizar códigos de duas letras para estabelecer um mecanismo eficaz de notificação, e que os governos sejam avisados sobre as solicitações que foram iniciadas.

MANAL ISMAIL: Muito bem, Fabian. Algum comentário sobre esse texto? Podemos continuar? Eu vejo que afirma com a cabeça o Brasil.

BRASIL: Obrigado senhora presidente, para que conste nos registros, o processo de autorização é uma expressão que a ICANN como organização utilizou até que foi retirado esse processo de autorização. Se vem no website e fazem um acompanhamento das mudanças, o processo de autorização vão ver que é era a terminologia utilizada antes.

Mas eu entendo as preocupações apresentadas pelos Estados Unidos, e talvez, podemos utilizar uma, talvez uma redação mais neutral, e dizer: notificação, poderíamos talvez falar num processo de habilitação e não de notificação. Então aí poderíamos começar a utilizar essa terminologia, na parte que está em vermelho então a sua mudança do processo pré-existente de habilitação indicado na especificação 5.2 no parágrafo um, há um processo corretivo novo, como indica a especificação 5.2 no parágrafo dois.

Todos estão de acordo com essa proposta. Muito bem, continuamos. Ponto três, está seguro de que o auxílio da ICANN para que entre em contato com os governos afetados para executar as preocupações, inquietações e explique o processo, explicar o processo da tomada de decisões do board, esteja totalmente implementada, incluído uma interação direta com esses governos para poder satisfazer as suas preocupações. Algum comentário sobre isso? Vamos adicionar matéria do acordo do registro para que fique preciso. Índia.

ÍNDIA: Para que fique completo, para tratar plenamente...

MANAL ISMAIL: A que parte do texto está se referindo?

ÍNDIA: Quando diz totalmente implementado, inclusive a interação direta com esses governos, para tratar completamente as suas preocupações. Então adicionamos aqui a palavra fully, completamente em inglês.

MANAL ISMAIL: Algum outro comentário? Vamos avançar então? Eu acho que o que falamos das OIG, havia acordo, não há comentários então sobre essa parte, depois continuamos com o assessoramento ou não, segmento do acompanhamento prévio, aqui mencionamos que o título seria igual ao comunicado previamente acordado do Board que é GDPR e WHOIS.

BRASIL: Uma moção de ordem Manal?

MANAL: Sim Brasil.

BRASIL: Temos acordado em ficar o mesmo título do assessoramento prévio?

MANAL ISMAIL: Esta foi a conclusão das deliberações que tivemos antes do recesso. Talvez entendi mal. Índia por favor?

ÍNDIA: Eu quero deixar claro, eu acho que não precisamos mais assessoramento sobre este tema, eu acho que já demos bastante assessoramento durante os últimos três, em sinal, continuamos dando assessoramento sobre esse tema, eu acho que nesse momento realmente não temos que fazer nenhum segmento sobre assessoramento a respeito. Então se me fazem uma pergunta a nível pessoal, eu preferiria que tirássemos toda essa sessão de segmento. Porque eu acho que estamos dando muito assessoramento, parece que dessa forma limitamos o valor do assessoramento dado. Mas obviamente posso escutar o que dizem outros membros, eu acho que nesse processo não precisamos de outros segmentos sobre esse assessoramento em especial.

MANAL ISMAIL: Obrigado Raul, eu não tenho bem claro, porque isso é um segmento, não é assessoramento novo.

ÍNDIA: Sim, precisamente o que estou dizendo. Não tem sentido dar esse assessoramento, ou omitir dar esse assessoramento, eu acho que

seguindo o princípio de minimizar o assessoramento pelo mínimo possível ou necessário, eu acho que não há necessidade de dar esse assessoramento, especialmente nesse formato porque estamos retendo o título, como estava no assessoramento prévio a linguagem, então realmente não me satisfaz essa ideia. Não sei se temos que fazer algum assessoramento a respeito.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigada senhora presidente, estou totalmente de acordo com Raul, e com o tema de não repetir o assessoramento por consenso do assessoramento, agora estamos de acordo com a estrutura, para reiterar o assessoramento já que temos essa sessão, mas nunca fizemos um segmento sobre esse assessoramento, essa seria a primeira vez. Também quero mencionar embora não chegamos a esse ponto, que como parte desse pacote para manter o texto, temos que tratar o apresentado pela Turquia e a Jamaica.

E ao invés de outros temas, e não continuar mencionando como GDPR, podemos falar de WHOPIS, uma coisa que tem a ver também com outras legislações regional, internacional e nacional de proteção de dados. Mencionando que o GAC entende a importância de outras legislações de proteção de dados. Nacionais ou regionais, porque quando vemos a sessão de segmento, realmente temos que manter-nos conforme o assessorado previamente não podemos aqui de colocar um novo texto ou mudar as palavras utilizadas no assessoramento anterior. Estes são os fundamentos, eu entendo que a gente manifesta sensibilidade, e eu também estou de acordo, mas

para manter este segmento, e manter a importância deste segmento, temos que fazer referência e manter o título com o que se mencionou antes. Apenas como para ser uniformes e coerentes.

MANAL ISMAIL:

Temos de ter uma sessão chamada segmento do assessoramento prévio do GAC, que significa que nós estamos fazendo o assessoramento, ou segmento do assessoramento anterior. Eu acho que neste momento não teríamos que mudar toda a estrutura do comunicado, se bem é verdade que isso é bastante justo, e o BG não lembro já como se chama o novo BGRI, eu acho que é grupo, entre o GAC e o board, como para mudar a estrutura. Mas debatemos depois.

ÍNDIA:

Quero comentar alguma coisa a respeito, não estamos dizendo nada novo, pelo menos isso eu acho. E tratando um tema que já mencionamos em outra oportunidade. Não é nada novo. Porque há uma sessão no formato que fala do acompanhamento de segmento. Isso não significa que temos que dar assessoramento.

MANAL ISMAIL:

Desculpe Índia, não. Eu não estou dizendo isso, o que eu estou dizendo é que a princípio nós não temos problema porque o senhor disse que não temos que dar prosseguimento ao assessoramento. Eu digo que isso é novo, que deve ser debatido, e não é este o momento oportuno, a princípio já fizemos anteriormente, podemos fazer segmento sobre

assessoramento anterior do GAC, mas não tem por que ser uma coisa nova, porque senão, não estaria dentro da sessão de segmento.

ÍNDIA:

O que eu estou tentando dizer é que se não há nada novo a dizer, então não digamos nada. É preferível não dizer nada, deixar em branco essa sessão, e não dizer o que já dissemos ou repetir, a nós próprios o que dizemos, limitando os nossos próprios termos, deveríamos deixar um espaço em branco, e que o Board deveria responder. O Board teria que responder ao nosso assessoramento anterior, eu acho que neste momento não ficou claro o que estamos pedindo ao Board, porque o que eles respeitam, eles já tem o processo comunidade, estão esperando que termine esse processo com a comunidade. Francamente eu acho que esse não é o momento oportuno para falar o segmento do assessoramento. Vejamos como termina este ponto, e respondemos no momento oportuno. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Obrigada Raul. Quanto à estrutura, obviamente que podemos falar depois, porque temos que ver se o GAC tem que fazer um segmento do assessoramento prévio ou não, isso por questão de princípios. O que estamos debatendo agora é, se o GDPR em si como tema, precisa de um segmento da nossa parte, sobre o assessoramento anterior. Primeiro está os Estados Unidos na lista.

ESTADOS UNIDOS: Pode esclarecer porque é importante reiterar isso. Como nós falamos já na semana, surgiram certas críticas sobre o modelo de acesso universal, se é necessário ou não, foi muito importante reiterar que o GAC considera que é necessário que algumas partes, eu acho que especialmente no NCSG, que não veem valores da cooperação. E nós vemos uma coisa crítica. Nós reagimos sobre a conversão do acesso, porque isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento do acesso, esses são os fundamentos. E talvez precisamos ser mais claros, e posso trabalhar com Raul para que isso fique mais claro. Mas isso é importante, segundo eu entendo, para esclarecer que esse é o momento pelo qual incluímos.

MANAL ISMAIL: Obrigada Estados Unidos, fala Índia agora.

ÍNDIA: Eu quero responder esse comentário, tenho três sugestões, a primeira, como já foi assinalado, o contexto foi esclarecido e estamos emitindo assessoramento como resposta a certos precedentes, e à certas críticas recebidas. Então primeiro debatemos isso no plenário?

Porque não sei se discutimos no plenário, em segundo lugar, em qualquer caso se essa é uma prorrogação para que nós demos um assessoramento, podemos dizer diretamente que reiteramos o assessoramento prévio sem especificar nada mais, sem adiantar mais nada, ou se queremos esclarecer e especificar qual o assessoramento, eu poderia dar um novo assessoramento, não tenho problema reiterar

todo o assessoramento, temos então três possibilidades, como para avançar.

Número um, debater o tema completamente, para ver se o GAC tem que dar assessoramento como resposta às provocações, ou às críticas de alguma parte da comunidade pequena, dentro da estrutura da ICANN, nós vamos reduzir a responder esse tipo de ações ou talvez falar ou ver quais são as motivações que temos nós para dar assessoramento ao Board.

Eu acho que isso também tem a ver com o que mencionou a minha colega Ana Neves de Portugal, porque ela disse que o GAC não tem que ser, ou ficar reduzido a reagir apenas, mas tem que ser proativo e manter a sua própria agenda, e não reagir ao que diz o resto, responder o que diz o resto. Eu não acho que estamos dando assessoramento à todos, e responder apenas uma provocação pequena realmente limita o assessoramento que o GAC dá.

MANAL ISMAIL:

Obrigada, anotamos aqui as suas opiniões. Mas em termos de agenda, eu acho que nós tivemos três sessões plenárias sobre esse tema, e também co-organizamos e participamos numa sessão intercomunitária sobre esse tema, então o que faz a agenda, nós dedicamos muito tempo, desculpem, está os Estados Unidos primeiro.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigada, por esclarecer durante a sessão do GDPR ontem, que foi parte do plenário, pedimos contribuições sobre quais seriam os

comentários que fariam o GAC nesse sentido. Então eu quero que fique claro que isso não é uma reação a um grupo em especial, mas que isso foi a necessidade de reiterar a importância, de uma coisa que é central para as preocupações do GAC. Talvez não entendi completamente o que quis dizer a Índia. O que penso é que estávamos todos falando da mesma coisa.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado, para que fique claro, falando do processo, se existe uma visão por consenso de que não temos que dar assessoramento sobre o tema de GDPR, que é outra coisa, não há problema, mas eu acho que não é, a visão que temos agora pelo consenso, precisamos avançar. Índia por favor.

ÍNDIA:

Perfeito, o que aderi então é, talvez não é o momento adequado para dar o assessoramento, não sei se esse segmento, ou novo assessoramento, nessa situação não garante que nós tenhamos que dar assessoramento sobre este tema. Essa é a minha opinião.

MANAL ISMAIL:

Obrigada Índia. Então, alguém apoia que nós demos dar assessoramento sobre o GDPR? Eu não vejo então ninguém? Quero deixar bem claro que eu aceito o que o senhor disse, e eu acho que teríamos que tratar esse tema no grupo conjunto entre o GAC e o Board. Mais outra coisa sobre o conteúdo deste ponto?

Mais uma vez o texto diz: enfatizamos assessoramento de consenso do GAC na ICANN 62 que incentivou a ICANN a tomar todas as ocupações necessárias para garantir o desenvolvimento e implementação do modelo de acesso unificado que abordasse a habilitação, acesso e prestação de contas, e que se aplicasse à todas as partes contratadas. Recebemos com (inint) [01:08:44] esforços da ICANN para facilitar o debate comunitário necessário, através de documento de modelos de acesso unificado, e enfatizamos a necessidade de que essas discussões cheguem a um resultado oportuno e completo. Algum comentário? Muito bem, vamos avançar.

TOM DALE:

Obrigado Manal. A seguinte sessão que está aqui como segmento ao assessoramento prévio do GAC, eu acho que foi escrita pelo Brasil e a Colômbia, e diz: o GAC recebe com (inint) [01:09:34] placito, a resolução do Board de 16 de setembro de 2018, sobre a solicitação de ponto Amazon, que indicava no presidente e diretor executivo da ICANN que apoiasse o desenvolvimento de uma solução que permitisse que a solicitação de ponto amazon continuasse de forma a de estar alinhadas com assessoramento do GAC e as contribuições feitas sobre o tema. O GAC leva em conta fundamento da resolução do Board 16 de setembro de 2018, e que o Board está tomando essa ação hoje em dia para continuar com a possibilidade da delegação da solicitação de ponto amazon, se bem reconheço as questões de políticas públicas representadas através do assessoramento do GAC sobre essa solicitação, o GAC lembra seu último assessoramento a respeito, onde o GAC reconheceu da necessidade de encontrar uma

necessidade mutuamente aceitável para os países da Amazônia e para o solicitante, e pede ao Board que continue facilitando o trabalho que poderia dar como resultado à essa solução o comunicado do GAC de Abu Dhabi. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado Tom, algum comentário? Muito bem, avancemos então. Muito bem, esse é um texto novo, então Tom pode ler.

TOM DALE: Vamos compartilhar talvez a leitura, porque talvez fique mal a garganta para celebrar a finalização do resultado, esse é um texto apresentado pela Suíça e diz: proteção da indicação identificadora da Cruz Vermelha e crescente vermelho.

Entra o assessoramento uniforme do GAC e a política anterior da GNSO, sobre determinação do tema da proteção das indicações de identificadores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho, e também agradece a inclusão no processo de consulta realizado dos auspícios do grupo de trabalho que se reuniu novamente da GNSO, então o Board incentivou aplicar essas sugestões com uma lista de nomes de 191 sociedades de Cruz Vermelha e Crescente Vermelho em diferentes idiomas, bem como as organizações internacionais dentro do movimento da Cruz Vermelha e o Crescente vermelho internacionais.

O GAC toma nota de que o tema dos acrônimos das duas organizações internacionais dentro do movimento ICRC e IFRC, não ficaram cobertas no processo anteriormente citadas da GNSO e lembra que o

assessoramento do GAC sobre a proteção precoce ou temporária, continua em vigor para esses acrônimos e siglas, e que deverá encontrar uma solução adequada a respeito.

MANAL ISMAIL: Obrigada Tom, algum comentário? Pode falar eSwatini.

ESATINI: Eu não sei se é um erro tipográfico onde diz ali, o movimento da Cruz Vermelha, e depois repete Cruz Vermelha.

MANAL ISMAIL: Sim, muito obrigado. Obrigada eSwatini. Algum outro comentário? Muito bem.

TOM DALE: Se continuamos avançando há um elemento adicional que tem a ver com o aval do anexo que devem lembrar que era um segmento proposta para a declaração conjunta do ALAC e o GAC, a respeito de permitir uma participação significativa informada inclusive na ICANN, isso já foi mencionado anteriormente, hoje em dia, isso foi já aprovado pelo ALAC e o documento foi disponibilizado aos senhores, depois da reunião que tivemos no GAC com o ALAC, há alguns dias, e os membros do GAC deveria refletir ou pensar sobre esse tema. Por enquanto, este documento aparece como um anexo ao comunicado, mas não faz parte do assessoramento formal. é uma declaração

emitida de forma conjunta com o ALAC e apresentada ao board.
Obrigado.

MAMAL ISMAIL:

Obrigada Tom, alguma objeção de adotar a declaração conjunta entre o ALAC e o GAC? Não vejo aqui ninguém. Alguma objeção, de novo eu repito, de agregar essa, a essa declaração, talvez polir o texto, a redação? Ou talvez mais adiante numa nova versão. Alguma objeção à esse texto que temos aqui na tela? Então se não houver objeções, acho que temos ainda duas questões pendentes, a jurisdição, alternativa com base na consulta, ou na consulta e os direitos humanos, então pelo aos colegas começar a discussão sobre essas questões. Vamos ver agora a questão da jurisdição. Brasil.

BRASIL:

Obrigado, Manal, temos olhado para o texto aqui na tela, e as diferenças por trás da alternativa são bem maiores que as simples palavras. Há um claro entendimento de parte do Brasil e que é um passo enorme para nós, Brasil e outros indicaram consistente as preocupações que tínhamos nas discussões de jurisdição, que não tinham sido tratadas, e é um passo enorme para nós nesse ponto dizer que aprovamos o relatório.

E essas recomendações, essa seria uma mensagem para a diretoria de que uma mensagem muito forte para, de que a recomendação de continuar com a discussão, de questões pendentes está aqui, isso não seria em detrimento de parte da comunidade. Pelo que entendemos,

basicamente não há um grande interesse, e eu acho, nas outras partes, a comunidade sim, mas acho que não deveria haver nenhuma objeção de participar e isso é porque o relatório de (inint) [01:18:39] continha uma recomendação que foi endossada por todos, ninguém objetou, então não quer dizer algo, propor algo de novo, algo que seja uma novidade para todos agora.

E por outra parte, se há aprovação, se já estivesse pronta para ser fornecida aqui, ou se na segunda parte da equação, permanecer com uma redação fraca, ou que possa ser interpretada, como que estamos pressionando nessa questão sempre para frente, devemos declarar claramente que há diferentes perspectivas sobre as recomendações de jurisdição e que isso não permitiu ao GAC alcançar consenso para aceitar e também para rejeitar. Já é muito tarde, não vale a pena continuar, e da nossa parte de novo não podemos aceitar resultados que não mencionem um caminho claro de como continuar, eu espero que vocês entendam, mas acho que agora não podemos continuar explorando, ou tentando encontrar um texto com base no contexto, então proponho aos meus colegas buscar um texto alternativo para essa parte do nosso comunicado.

Posso enviar isso ao secretariado? Seria uma parte informal do comunicado, que seria o seguinte, eu vou ler relativamente rápido e depois envio ao secretariado. O GAC não está em condições de aprovar as recomendações em questão de jurisdição, alguns membros do GAC apoiaram algumas recomendações, outros membros consideraram que não alcançam os objetivos para a área de trabalho dois, e me digam em parte o texto emitido pelos Estados Unidos, e a parte do

texto está incorporada na declaração enviada pelo Brasil com o apoio da Argentina, China, França e Irã e a Rússia ao CCWG.

MANAL ISMAIL: Obrigada Brasil, algum comentário, ou opinião? Então vamos receber o texto por e-mail, vamos montá-lo aqui na tela. Reino Unido agora.

REINO UNIDO: Muito obrigado, depois de todo o trabalho que temos feito no subgrupo e o progresso que fizemos, estou muito desapontado por ver que estamos voltando para o início, e ter que voltar à esse texto antigo, neste ponto, e acho que isso significa que não teremos na recomendação do GAC, nenhuma menção à este tópico, vamos ter que eliminá-lo, é uma vergonha porque trabalhamos muito, muitos de nós aceitamos coisas que não nos deixava muito a vontade, mas mesmo assim as aceitamos. E o colega do Brasil, descreve a recomendação preliminar, como um texto fraco, eu não acho que seja fraco. E a partir das discussões que tivemos no subgrupo, eu garanto genuinamente, que oferece ao Brasil uma maneira de um caminho para continuar buscando o que eles estão buscando. Estou desapontado, talvez eu peço uma última oportunidade para que o Brasil reconsidere a sua posição.

MANAL ISMAIL: Sim, já estamos por acabar e concluir, e é uma pena não poder encontrar uma solução. Brasil.

BRASIL:

Sim, eu compartilho o sentimento do Reino Unido, você pode lembrar que no começo da discussão tentamos ser construtivos, tentamos explorar inicialmente a possibilidade de pedir o CCWG que revisasse o texto, e inclusive com base ao que tínhamos discutido com os copresidentes e no final, todos concordamos com que não era viável e tentamos outras possibilidades, para dirigirmos ao Board que talvez teria sido a alternativa mais fácil, já no começo dizer não, manter a posição e tentamos chegar porém algum tipo de *modus operandis*, que nos permitisse alcançar consenso, no entanto, eu quero manifestar que essa não é uma posição que temos tido agora nessa reunião.

Temos discutido isso nos últimos quatro anos. É muito tempo. Portanto, embora estejamos tristes e frustrados, não acreditamos que deveríamos comprometer a integridade das nossas posições e se aceitarmos esse texto que achamos agora fraco, na recomendação do GAC, e acho que isso não vai levar-nos a nenhuma ação concreta. E isso poderia manifestar uma perspectiva muito consolidada nesse sentido, e aprovar o relatório que não seria bom. Nós temos manifestadas as nossas razões, não aceitamos e levando em conta a maneira com que o Board tem reagido às nossas recomendações, eu me preocupo muito.

Acho que as nossas mensagens deveriam ser muito fortes para que tenham algum resultado com o Board, eu sei que é uma pena, eu compartilho o sentimento do Reino Unido. Mas alcançar consenso só por alcançar consenso não basta. Sim, poderíamos ver de novo essa

questão, encontrar uma saída, uma solução com os colegas, mas para ser sincero, neste ponto que é tarde, encontremos uma solução. Eu quero encerrar a minha participação na ICANN com um clima positivo, e buscar maneiras para tentar estreitar essa diferença. Muito obrigada.

SUÍÇA: Muito obrigada, e ao observar o texto aqui, se é que eu entendi corretamente, temos aqui esse ponto de desacordo, e nessa frase, com base na consulta, ou em consulta com a comunidade da ICANN, são as duas alternativas, é bem isso Manal?

MANAL ISMAIL: Sim.

SUÍÇA: Eu participei do subgrupo, mas não estive presente o tempo todo e talvez o Brasil poderia explicar mais um pouco, qual é a sua preocupação com a expressão: com base na consulta. Talvez possa fazer isso como último recurso para poder salvar essa diferença que em termos um desfecho positivo para o nosso colega, para a saída do nosso colega da ICANN, o prezado Benedito da Fonseca. Seria uma pena não encontrar uma solução, e talvez poderíamos continuar um pouco elaborando, discutindo qual é a sua preocupação. Talvez isso poderia ser de ajuda.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado Suíça, continua o Brasil.

BRASIL:

Obrigado Jorge, como eu disse antes não é só uma questão do texto, é uma questão do espírito que está por trás, das palavras, estávamos buscando um texto que manifestasse uma mensagem forte para o Board, e acho que há relutância em aceitar esse tipo de texto, indicando que o espírito não é correspondido por outros, o que indica que ou uma frase que indique uma certa flexibilidade, de novo não digo que as outras partes não deveriam ser consultadas, deveriam sim, mas a decisão de iniciar um processo é algo que não pode esperar, que não pode depender de uma resposta positiva de todos.

Não é possível, se você inicia um processo, perguntou a GNSOI então eles provavelmente dirão não. Então é diferente dizer, iniciar em consulta, é diferente dizer em consulta e dizer com base na consulta. É uma questão no espírito que está por trás das frases, das expressões. Então o que foi proposto pelo distinto colega do Irã me lembrou que quando houve o processo de transição da IANA, o texto que tínhamos redigido, era ter esse processo multisetorial.

Isso é formar, isso é todo um processo multisetorial etc., que talvez seria um texto correto, mas de novo, o espírito por trás do texto, do que foi proposto é muito importante, devemos transmitir uma mensagem forte ao board, senão isso vai, não é aceitável isso para nós que temos trabalhado anos, e muitas horas de reuniões, tentando pressionar essa questão. E a sensibilidades, e não podemos aceitar um processo, que inclusive fomos nós que propomos, mas que tem um texto que é fraco. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado Brasil, Reino Unido.

REINO UNIDO: Vou fazer um esforço final para ver se podemos estar de acordo. Eu acho que quando falamos do tema da consulta, para muitos de nós significa que tem que haver uma consulta significativa, não um exercício que seja ignorado. Realmente, que exista uma consulta, e que o board responda essa consulta, porque esse é um trabalho multisetorial. Então minha sugestão seria, repito, é uma tentativa, que diga: agindo em consulta com. Para que fique claro que estamos falando de uma consulta significativa e importante. Talvez seja tão tarde que com isso possamos avançar.

MANAL ISMAIL: Obrigado por essa resposta construtiva. Tem a palavra Irã.

IRÃ: Obrigado, Manal, eu acho que talvez a forma mais segura de continuar, seja tomar o que foi utilizado em março de 2014, que utilizou a NTIA, no processo de transição, porque dizia a NTIA pede a ICANN que convoque um processo multisetorial. Não sei se iniciaram, um processo multi stakeholder, ou iniciar um processo. Um processo, convocar, chamar as múltiplas partes interessadas. Isso surge da nota da NTIA do ano 2014, vai se fazer nessa língua.

MANAL ISMAIL: Pode repetir exatamente o texto para colocar na tela?

IRÃ: Sim, o GAC solicita ao board, o processo para colocar múltiplas partes interessadas para desenvolver, etc., estamos falando na base de...

MANAL ISMAIL: ...para convocar múltiplas interessadas que irão, um processo, iniciar um processo para convocar múltiplas partes interessadas, não, não, para convocar múltiplas partes interessadas.

IRÃ: Não iniciar, para convocar múltiplas partes interessadas, porque diz para convocar um processo de múltiplas partes interessadas e depois segue, mas vamos tirar a palavra iniciar.

MANAL ISMAIL: Mas...

IRÃ: Para convocar um processo de múltiplas partes interessadas e depois segue o resto.

MANAL ISMAIL: O que o senhor sugere é tirar sobre a base da consulta?

IRÃ: Sim, porque estava dizendo a ICANN que tem que convocar múltiplas partes interessadas, então já sabem o que tem que fazer, em geral fazem uma consulta. É isso que fizeram para a área de trabalho um, e para a transição da IANA. Não precisamos então explicar à ICANN o que tem que fazer, eles sabem o que fazem. E isso é o que a NTIA disse à ICANN, não o que tinha com base na consulta de múltiplas partes interessadas, não, disse que convoque.

MANAL ISMAIL: Perfeito, então temos duas propostas, a realizada pelo Reino Unido, que diz: Agindo em consulta com, e a proposta do Irã que diz tirar isso da base da consulta. Argentina pede a palavra.

ARGENTINA: Obrigado senhora presidente, nós estamos de acordo com o texto proposto pelo distinto representante do Irã, acho que não está na tela, porque teria que dizer convocar um processo de múltiplas partes interessadas, para abordar os temas que tem a ver com jurisdição, e que não foram resolvidas.

A proposta Argentina foi iniciar um processo de múltiplas partes interessadas. Não, iniciar um processo para convocar não, tem que começar com convocar um processo de múltiplas partes interessadas. Não, não, podem eliminar no ponto dois, podem elimina-lo no ponto dois, convocar um processo de múltiplas partes interessadas, e o resto continua igual. Porque essa proposta é mais coerente? Porque se a ICANN chama um processo multisetorial, tem que ser em consulta, agir

em consulta, e todas as variantes dessa expressão. Então acho que é mais conciso e abrange também o espírito do processo de múltiplas partes interessadas que tem ICANN. Vemos do nosso ponto de vista como mais adequado. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Obrigado, Argentina, Reino Unido.

REINO UNIDO: Obrigado, Senhora Presidente, bom, dedicamos muito tempo fazendo concessões uma a uma, para tentar chegar a um ponto em um ano e meio, uma nova sugestão não é uma concessão, mas estamos abrindo a posição do princípio de semana, o que disse o Brasil. Eu queria escutar uma resposta do Brasil à minha proposta. Porque eu acho que poderia ser uma forma de avançar. Caso contrário, sugiro que tiremos todo o assessoramento do GAC. E voltemos ao texto proposto pelo Brasil e tenho algumas emendas para fazer, mas gostaria primeiro de escutar uma resposta à minha sugestão.

MANAL ISMAIL: Obrigada Reino Unido. Brasil.

BRASIL: Bem, então vou reagir a tudo quanto está na tela, eu acho que o que aparece no número dois não responde a nada do que proposto aqui na sala, então eliminaria completamente, porque acho que o Senhor Kavouss foi muito claro quando disse que estava propondo o mesmo

texto proposto pela NTIA que diz convocar, não iniciar a nada, convocar diretamente. A respeito do proposto pelo Reino Unido antes, acho que poderia ser um passo à frente, porque está abordando nossas preocupações, não obstante isso, quando analiso o que é proposto pelo Irã que acho que não é nada novo, é novo no contexto das negociações que tivemos entre nós, mas não é novo porque é o texto, a linguagem, que iniciou todo o processo, todas as deliberações, é uma linguagem já aprovada, acho que não está sujeita a nenhum tipo de reserva, e permite que o sistema, que a comunidade da ICANN participe como esteve participando.

É por isso que a minha preferência nesse momento seja tomar o ponto número dois, acho que esteve desde o início, nos guiou em todo o trabalho, acho que não sei qual seria a objeção à isso, de convocar um processo multisetorial, principalmente porque foi o texto acordado, e que deu início a todo o processo, não vejo motivos para manifestar alguma preocupação a esse respeito como foi mencionado, o processo multisetorial da ICANN tem muitas questões a serem abordadas, e acho que não devemos ser prescritivos sobre como vai se desenvolver isso. Acho que essa pode ser uma saída para dar uma assessoria, e se não, vamos voltar ao texto lido por Thiago antes.

MANAL ISMAIL:

Obrigada Brasil, posso sugerir então que façamos uma pausa para que possam negociar isso de agirem em consulta? Porque seria pena que depois de tudo isso, não demos assessoramento sobre esse tema. Reino Unido está pedindo a palavra.

REINO UNIDO: Sim, é muito tarde, realmente negociamos de boa fé durante muito tempo, e lamento porque o que estamos vendo são colegas que voltam à primeira posição, e acho que é desencorajador. Mas é o que está acontecendo. A minha proposta é eliminar todo o assessoramento do GAC aqui, e voltar ao parágrafo proposto pelo Brasil, explicando porque não há consenso. Acho que é muito tarde, e nesse momento como disse, já todos negociamos de boa fé, fizemos muitas concessões, e acho que voltamos às primeiras posições, e acho que então não é momento de poder começar. Não é útil.

MANAL ISMAIL: Brasil.

BRASIL: Infelizmente estou de acordo porque obviamente tivemos boa fé desde o início, toda a delegação, não só hoje, mas nos últimos quatro anos, expressamos claramente, transparentemente quais eram as linhas vermelhas, qual a posição para que todos pudessem avaliar para ver se isso abordava as preocupações ou não.

Acho que não estamos voltando às posições do início, acho que estamos explorando novas alternativas do texto, e acho, e quero agradecer o Kavouss à proposta que fez, e no que respeita ao que as vezes falamos como precedentes, alguns precedentes são bons e outros ruins, acho que esse é um bom precedente, porque é um texto, uma linguagem que realmente pode incluir toda a comunidade nesse

processo. Agradeço ao meu colega e aos outros pela sua participação de boa fé, acho que não se trata de boa fé ou não boa fé, mas as vezes não podemos solucionar as diferenças, temos que olhar nos olhos e dizer: é isso o que é. Então estou de acordo, nesse momento não sei se podemos continuar avançando para achar um ponto em comum. Acho que teríamos que voltar ao primeiro texto que foi lido por Thiago.

MANAL ISMAIL:

Obrigada Brasil, então sugiro passar à parte de direitos humanos, se precisarmos e uma pausa podemos fazê-la e depois... Desculpe, Reino Unido está pedindo a palavra.

REINO UNIDO:

Queremos indicar que não há assessoramento do GAC no documento e quero que isso conste.

MANAL ISMAIL:

Vamos fazer uma pausa, vamos para direitos humanos, e depois vamos continuar tentando, vamos tentar fazer uma tentativa final. Vamos para a parte de direitos humanos.

Temos o texto final na tela, vou tentar propôr uma forma de avançar, espero que ajude, alguns membros do GAC colocaram a necessidade de poder abordar esse tema, e obviamente especificamos qual é o tema, se estamos falando da linguagem e do texto para ver se pode resultar aceitável essa redação. Alguns membros do GAC apresentaram a necessidade de analisar esse tema. Desculpem, mas

estou tentando ver se em princípio está a sala de acordo. Não estou propondo uma redação assim, firme.

ESTADOS UNIDOS:

Isso continua na sessão que tem a ver com as nossas visões com relação ao CCWG, entendi que toda sessão ia ser substituída com o que esclarecemos com o que tem a ver com não chegar a um consenso, esse foi o parágrafo proposto por Benedito. A todo esse texto se desaparece o outro texto, desaparece tudo.

MANAL ISMAIL:

É uma boa pergunta. Se não damos assessoramento sobre a área de trabalho dois, desaparece tudo? Acho que sim né? Tentaremos finalizar às 8:00. Vamos fazer uma pausa para ver se podemos fazer uma última tentativa. A meta são às 8 da noite, obrigada. Por favor, ocupem seus lugares para tentar concluir esse documento. Então, agora já temos o texto que foi fornecido pela Suíça e diz que o GAC assessora o Board a convocar um processo multisetorial agindo em consulta com a comunidade da ICANN para abordar as questões que tem a ver com a jurisdição, que não foram resolvidas na área de trabalho dois, do CCWG. Vocês acham que essa solução proposta pela Suíça é aceitável por todos? Muito bem, continuamos. Não?

BRASIL:

Queria agradecer a Jorge por essa tentativa mais uma vez, volto ao que disse antes. Nos preocupa a mensagem que estamos a transmitir,

e o espírito dessa mensagem. Talvez teríamos que coloca-lo entre colchetes, pensa-lo de noite, não sei se consulta-lo com o travesseiro.

MANAL ISMAIL: Mas amanhã não temos reuniões do GAC.

BRASIL: Bom, não temos, mas se precisamos podemos ter uma reunião, não sei. Acho que precisamos algumas consultas, mais algumas consultas para responder a isso. Mas agradecemos à Suíça.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado Brasil, muito bem, a proposta então é que finalizemos por e-mail, nos reunimos amanhã em algum momento, estão todos de acordo em deixa-lo descansar até amanhã e ter alguns pesadelos com isso?

BRASIL: Eu posso fazer uma sugestão? Vejo que não tem ninguém na sala que tem intenção de vir amanhã para falar sobre isso, e nós também não. Então talvez possamos finaliza-lo por e-mail, como sugeriu a senhora, e temos duas alternativas. A proposta da Suíça e essa mesma proposta da Suíça sem essa frase que está salientada em amarelo, que diz: agindo em consulta com a comunidade da ICANN. Acho que essas são as duas alternativas que podemos considerar em cada grupo, para ver se existe flexibilidade ou não. Aceitamos, entendo que a resposta vai estar entre essas duas alternativas. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Está bem assim? Estamos de acordo em pensar essa noite essas duas propostas até amanhã? Reino Unido.

REINO UNIDO: Obrigado Senhora Presidente, nós não pensamos que tenhamos que estender a nossa reunião até o dia de amanhã para além do tempo estabelecido. Essa não é uma boa maneira de conduzir as ações, o trabalho do GAC, a Suíça fez uma boa tarefa tentando aproximar ambas as partes, e podemos aceitar a alteração sugerida pela Suíça se isso permite chegar a um acordo, mas achamos que outros estão voltando às suas posições iniciais, e adiá-lo até amanhã não vai fazer com que isso mude, então sugerimos eliminar esse fragmento e voltar ao parágrafo do Brasil que explica que não há consenso.

Se não há consenso agora, não sei como vamos ter consenso pela manhã. Deveríamos observar também o horário que estabelecemos para as nossas reuniões. Infelizmente estamos agora nessa situação, e teríamos que mostra-lo de acordo no comunicado. Sugiro eliminar essa parte do assessoramento e voltar ao parágrafo sugerido pelo Brasil e olhar isso.

MANAL ISMAIL: Obrigado Reino Unido, Argentina tem a palavra.

ARGENTINA: Obrigado à Suíça por propôs um texto alternativo, nós consideramos na segunda oração na tela, convocar um processo multisetorial para abordar as questões com relação à jurisdição que não fossem resolvidas na área de trabalho dois, do CCWG, é bastante clara. Todos os processos que inicia a ICANN, envolvem todas as partes interessadas, então se explica por si mesmo. Queria lembrar-lhes que o comunicado de Beijing acabou às 5 da manhã e perdemos a gala, alguns ficamos ali, então não tem sentido continuar aqui às 8:20 e tentar achar uma maneira, não é tão problemático estrar aqui às 8:30 tentando achar uma solução para esse texto.

MANAL ISMAIL: Obrigada Argentina, Estados Unidos tem a palavra.

ESTADOS UNIDOS: Infelizmente não estou de acordo com a última intervenção. Em primeiro lugar porque não era aceitável aquela questão que dizia de avançar sobre o processo de aceitação e as contribuições dos outros grupos interessados, sem isso. Acho que é importante convocar multi setores, envolve ir para frente, mas não foi assim como explicaram, e talvez esteja de acordo com Paul que já está na hora de avançar e continuar, e reconhecer que não podemos chegar a um consenso.

MANAL ISMAIL: Obrigado então, Estados Unidos, alguma outra solicitação aqui na sala, se não for assim... Estamos obrigados a deletar aqui a recomendação...

IRÃ: Eu quero lembrar aqui que há vários anos, quanto a recomendação do GAC sobre ponto um, uma situação similar. Alguém propôs não fazer uma recomendação e os países europeus disseram: “Sim, não vamos fazer recomendação, não vamos ter um communique” e essa é uma questão muito importante, a questão da jurisdição. E não podemos simplesmente dizer: “Não vamos ter uma recomendação”, peço desculpas. Acho que se estivermos tratando aqui um exemplo, um doente, não podemos mata-lo. É apenas um exemplo, eu não estou sugerindo nada, só estou comentando o que está acontecendo aqui.

MANAL ISMAIL: Infelizmente esse é o único consenso que nós temos alcançado. Então esse é um texto que vamos colocar no communique, o GAC não está numa posição de aceitar, alguns membros apoiam a recomendação e outros consideram que eles não aceitam a recomendação, eles têm objeções, e isso está sujeito à jurisdição americana, e aprovar as recomendações documentadas na declaração, com a distinção apresentada à CCWG do Brasil, com o apoio da Argentina, a China, a Rússia, e o Irã.

BRASIL: Tem que ser objetivos, e não objetos.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada, tem a palavra a Indonésia.

INDONESIA: Eu quero aqui fazer uma reflexão para todos nós, também para você Manal, essa falta de consenso se produz muitas vezes, em muitas ocasiões anteriores, o que nós fizemos foi também introduzir no communicate, a falta de consenso, há países que gostam da opção A, outros da opção B, então eu quero sugerir fazer alguma referência no texto. Aqui há algumas diferenças, sobre essa questão específica. E mostrar a situação como ela é. Talvez não seja uma recomendação particular, e focada, mas mostra o que nós comunicamos e aqui não chegamos a uma decisão final, focalizada, o que aconteceu também em outras reuniões na ICANN e fora da ICANN.

MANAL ISMAIL: Obrigado Indonésia, acho que essa foi a intenção desse texto e embora você esteja fazendo uma observação válida, é tarde demais para introduzir um texto novo, e começar a discuti-lo. Fala a Dinamarca, depois falará a Argentina.

DINAMARCA: Obrigado Senhora Presidente, eu acho que a primeira sentença deveria ser um pouco mais clara, sendo que o GAC não está em condições de aprovar ou rejeitar a recomendação, portanto aqui declaramos ou dizemos, que há duas posições. É só isso, obrigado.

ARGENTINA: Só um esclarecimento, concordamos com a sugestão da Dinamarca, e a referência a uma declaração de distinção pode ser incluída, isso foi sugestão numa declaração enviada pelo grupo de trabalho intercomunitária.

MANAL ISMAIL: Pode ler o texto?

ARGENTINA: A Argentina, o Brasil, Benin, o Chile, o (inint) [02:02:29] da Dominica, a França que já está aí, Guiné, Male, Nigéria, Paraguai, Peru, Portugal, a Federação Rússia e há mais três, República Democrática do Congo, o Uruguai e a Venezuela.

MANAL ISMAIL: Obrigada Argentina, mais algum comentário sobre o texto que está aqui na tela? Muito bem, Irã pediu a palavra.

IRÃ: Se precisamos também introduzir, depois do Irã vem uma vírgula.

MANAL ISMAIL: Então já acabamos aqui com a questão das jurisdições, vamos para a parte dos direitos humanos. Portanto esse bom, temos aqui o novo texto, alguns membros do GAC mencionaram os meios de encontrar formas de evitar os impactos de, nas medidas e sanções multilaterais, e esse texto, não sei se vocês o aceitam... Eu proponho que vocês leiam

o texto agora, algum comentário desse que está em verde? Podemos continuar? Pediu a palavra o representante do Reino Unido.

REINO UNIDO: Muito obrigado senhora presidente, não comentamos sobre esse tópico, concordamos com aqueles que destacaram que isso não reflete o que acontece na reunião do ponto de vista processual. E portanto, deveríamos eliminá-lo. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Então aqui o Reino Unido propôs eliminar, alguma objeção de eliminar o texto completo? Estamos deletando toda essa parte completa.

IRÃ: Sim, podemos expressar que alguns países acham isso incorreto, porque não foi discutido suficientemente, e é também certo que a nossa preocupação deveria ser mencionada no comunicado e também é óbvio que, da discussão sobre jurisdição, que não, isso não resolve a questão das diferenças sobre a jurisdição. Acho que as sanções é algo interessante. Obrigada Manal por ter destacado esse aspecto.

ESTADOS UNIDOS: Eu peço esclarecimento, não entendo muito bem aqui o texto em verde, para manter isso, eles mantêm isso ou não? Irã, se permanece e pode ser adicionado as reflexões dos outros, e ser discutido posteriormente.

MANAL ISMAIL: Eu tenho uma solicitação do representante da Rússia.

RÚSSIA: Obrigado, insistimos em deixar o texto como está, talvez possamos passa-lo e adicionar outras partes no comunicado, por exemplo, para outros assuntos, mas claramente nós já discutimos isso, e isso deverá ficar indicado.

MANAL ISMAIL: Alguma objeção a passar o texto para outra parte?

ESTADOS UNIDOS: E quanto à questão dos procedimentos? Se nós estivermos alinhados como se debateu, onde está e devemos manter as normas que nós mesmos temos indicado para redação do comunicado, e isso não deveria estar refletido no communique. Uma das coisas que poderíamos considerar aqui e também o resto dos colegas, ir à sessão da reunião governamental de alto nível, e talvez aqui poderíamos considerar, talvez incluir as recomendações de alguns representantes, algum link, as diferentes manifestações na reunião de alto nível, porque não só as dúvidas, preocupações manifestadas pelo Irã, mas outras preocupações que foram expressadas na reunião.

MANAL ISMAIL: Obrigado Estados Unidos, alguma reação às propostas dos Estados Unidos?

IRÃ: Obrigado Senhora Presidente, a verdade é que isso já apresentaram alguns membros do GAC, e não é uma questão a qual temos que fazer referência ou menção através de um hiper vínculo. Ou hiperlink, porque meu colega disse: alguns membros do GAC manifestaram que essa questão, não foi debatida completamente. Aqui apresentamos as duas situações. Estamos sendo justos, mas não colocaria um hiper link.

MANAL ISMAIL: Irã?

IRÃ: Sim, podemos aceitar essa redação.

MANAL ISMAIL: Austrália?

AUSTRÁLIA: Voltando ao tema processual, eu acho que nós deveríamos sugerir, na verdade, que podemos traslar ou passar esse ponto à reunião governamental de alto nível, porque se tratou nessa reunião como para dizer o que foi debatido no comunicado, e não ter ou dizer que outros membros disseram que não tinha sido debatido bastante,

porque estávamos fazendo uma revisão das deliberações, então eu acho que não temos que incluir essa parte, mas sim passar esse tema para a reunião intergovernamental.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigado, Senhora Presidente, estou de acordo com meu colega da Austrália, que fica melhor sob o título de reunião governamental de alto nível, mas me preocupa sim que estamos reconhecendo os interesses de uma intervenção e não as realizadas por outros países. Vou passar agora ao texto da reunião governamental de alto nível porque não lembro exatamente o que disse, eu recomendaria passar essa sessão, e também incluir então algum dos outros pontos durante essa conversa, para que exista um equilíbrio e não dar precedência ou preferência a uma das intervenções por cima de outras. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Eu acho que vai ser muito difícil adicionar texto novo agora. Irã?

IRÃ:

Obrigado, Manal, distintos colegas, os senhores estão falando de procedimento, de que tipo de procedimento estão falando? Poderíamos indicar os procedimentos aos quais estão fazendo referência? Porque estamos falando de assuntos processuais. Nós temos princípios operacionais de que procedimento estão falando? Peço por favor, que os mencione. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Estados Unidos?

ESTADOS UNIDOS: Eu nem sei se isso estava dirigido exatamente aos Estados Unidos ou não, mas eu gostaria de verificar.

MANAL ISMAIL: Poderia esclarecer a que intervenção estaria fazendo referência?

IRÃ: Um dos colegas mencionou procedimentos, eu gostaria de saber a que procedimento estão se referenciando.

MANAL ISMAIL: Poderia dar contexto?

IRÃ: Alguns países?

MANAL ISMAIL: Não, contexto.

IRÃ: Quando falamos da segunda parte da frase, alguns membros mencionaram que esse tema não tinha sido suficientemente debatido. Uma delegação membro do GAC fez menção procedimentos, então estou perguntando de que procedimento estamos falando. Eu acho

que foi a distinta colega da Austrália, já não faço menção dos nomes, mas a senhora está me fazendo uma pergunta direta, e eu tenho que mencionar a colega da Austrália, disse de problemas processuais. Essas são duas lições diferentes, de que procedimentos estamos falando? Um tem uma opinião, e outros outras. É assim.

MANAL ISMAIL:

Se entendo corretamente, a referência era que não foi debatido aqui, que foi debatido ou apresentado na reunião governamental de alto nível e por esse motivo uma sugestão de passar o texto à essa sessão do comunicado. Irã por favor?

IRÃ:

Eu acho que já estamos discutindo mais de hora e 45 minutos, então eu acho que sim, debatemos aqui, não devemos fazer referência à reunião de alto nível porque estamos debatendo aqui, mais de uma vez debatemos aqui, então não podemos dizer que não foi debatido.

MANAL ISMAIL:

Eu acho que a referência era que quando isso se apresentou pela primeira vez, foi realizado nesse local. Estados Unidos?

ESTADOS UNIDOS:

Obrigado, sim, eu estou de acordo, que a preocupação que temos, primeiro é onde aconteceu essa conversa. Aconteceu na reunião de alto nível, o que tem a ver com a referência de se, se falou no plenário ou não, a secretaria do GAC sempre dá um documento de assuntos, eu

acho que nesse texto se diz especificamente que o texto do comunicado se limita às deliberações ocorridas nas sessões plenárias. Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Obrigada Estados Unidos. Não há então aceitação como para passar esse texto a sessão da reunião governamental de alto nível, a menos que inclua, a menos que consigamos incluir outros assuntos tratados na mesma reunião. Estou entendendo bem a intervenção? Ou seja, a proposta atual é passar esse texto que está na tela, a reunião governamental de alto nível, à esta sessão, no comunicado. Alguma objeção a respeito? Estados Unidos?

ESTADOS UNIDOS:

Se meus colegas do Irã estão dispostos a passar, eu poderia tomar uns minutos como para armar umas frases. Falar de outras intervenções e chegar a uma solução intermédia ao respeito. Mas nesse momento, não posso estar de acordo a colocar nessa sessão porque realmente não foi uma coisa que se falou num contexto do grupo intercomunitário dos direitos humanos.

MANAL ISMAIL:

Tomamos nota então, do dito. Poderia então a senhora dar um texto como para que a frase seja aceitável para os Estados Unidos? Porque então isso seria muito útil. Algum outro comentário sobre essa parte? Até receber o texto então, já lemos uma vez a sessão do GDPR, houve um pedido para ler de novo, parágrafo a parágrafo, coisa que não

dizemos no começo. Então vamos fazer agora. O título diz conforme acordado, WHOIS e legislação de proteção de dados, e diz: “O GAC revisou desenvolvimentos realizados em toda a ICANN a respeito do acesso de cumprimento do WHOIS, com regulamentos de proteção geral de dados da Europa, GDPR, e os membros do GAC participaram nas sessões intercomunitárias e num processo expeditivo de desenvolvimento de políticas de EPDP, o GAC trocou opiniões com um grupo de partes interessadas não comerciais, organismo constitutivo de propriedade intelectual sobre os desenvolvimentos vinculados com EPDP e o modelo de acesso unificado.”, Brasil, por favor?

BRASIL:

Obrigado senhora presidente, eu quero chamar a atenção de que o texto do primeiro parágrafo e o título, o Brasil pede que se faça uma mudança na referência ao regulamento geral de proteção de dados europeus e que se mencione novamente a legislação da proteção de dados como no título.

MANAL ISMAIL:

Concordam com essa proposta? Alguma objeção? Jamaica?

JAMAICA:

Obrigado senhor presidente, não é uma objeção, mas sim um esclarecimento. Porque eu estou de acordo com meu colega do Brasil, que estamos falando de outras leis de proteção de dados, são coisas que temos que continuar debatendo, e segundo eu lembro, quando chegamos a este ponto, muitas das deliberações tinham a ver com o

GDPR, então não tenho problema de que se mencione também que nessas deliberações dissemos que a ICANN não só tinha a ver com o cumprimento do GDPR, mas com a legislação mais ampla da proteção de dados, mas para sermos fieis, eu acho que devemos fazer referência ao GDPR porque nós mencionamos nas nossas deliberações explicar que ampliamos um pouco em GDPR, essa é a minha sugestão.

MANAL ISMAIL: Podemos falar então, das leis de proteção de dados aplicáveis, inclusive um GDPR, consideram que isso seria razoável.

JAMAICA: Sim, acho que sim. Qualquer uma das opções.

MANAL ISMAIL: Alguma objeção? Podemos continuar? Bangladesh tem a palavra.

BANGLADESH: Se nós eliminamos a palavra aplicável, talvez seria mais genérico ainda. Leis de proteções de dados inclusive o GDPR, porque aplicável poderia levar à confusão.

MANAL ISMAIL: Está a proposta de apagar a palavra aplicável. Algum comentário, objeção ao texto, tal como está agora? Muito bem, continuamos. Proteger o público no contexto do sistema dos nomes de domínio exige equilibrar a proteção dos dados, e as táticas lícitas e legítimas

associadas à proteção do público, incluído o debate ao combate ao comportamento ilegal, proteção de cyber segurança e a confiança dos usuários de internet, e a proteção dos consumidores das empresas, a prevenção da inflação da propriedade intelectual.

Assessoramentos prévios do GAC, e os estatutos atuais da ICANN reconhecem esses interesses vitais. Ainda mais o grupo de trabalho de proteção de dados do artigo 29, e o comitê europeu de proteção de dados, reconheceram que, e cita: as entidades encarregadas do cumprimento da área autorizadas pela lei, deveriam ter acesso aos dados pessoais nas diretorias de WHOIS, acabam a citação, indicaram a sua expectativa de que a ICANN deveria dimensionar, desenvolver uma grade de WHOIS que permita os usos legítimos pelas partes interessadas pertinentes, como os organismos de cumprimento da lei. Passo a palavra a Laureen.

LAUREEN KAPLIN:

Como moção de ordem eu acho que a nota de rodapé faz referência a algumas datas e elas sumiram nessa versão. Então eu quero mencionar que temos referências às datas, quando foram emitidas essas cartas, eu posso enviar novamente essas notas de rodapé, mas eu vejo que estão falando aqui.

MANAL ISMAIL:

Sim, nós temos essas menções e vamos incluir novamente, nós eliminamos sem querer.

BRASIL: Obrigada, Senhora Presidente, o Brasil gostaria de pedir que se adicione depois de confiança, na terceira linha do segundo parágrafo, a seguinte redação: e a confiança do usuário. E o Brasil pediria que se elimine o que vem depois da vírgula. Depois da palavra internet. Até onde diz propriedade intelectual. E porque pedimos que se elimine porque aqui estamos fazendo referência, aqui um dos temas que temos que levar em conta é impedir infração das leis de propriedade intelectual, mas dissermos no começo desde parágrafo que um dos propósitos é combater as condutas ao comportamento ilegal, então isso inclui a infração à propriedade intelectual, então não necessitamos de colocar como item separado.

MANAL ISMAIL: Passo a palavra aos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado senhora presidente, agradeço as tentativas do Brasil de simplificar o texto, mas para os estados Unidos é muito importante manter a referência à propriedade intelectual porque é muito importante e com frequência fica fora o escrito das conversas, porque está dentro dos interesses legítimos e lícitos. Então se pudéssemos manter essa referência nós agradeceríamos.

MANAL ISMAIL: Brasil algum problema com manter esse texto?

BRASIL: Brasil não teria problema com conservar a referência de propriedade intelectual nessa parte do texto. Com a condição de que a seguinte referência à propriedade intelectual, que ocorre depois nessa sessão, seja eliminada.

MANAL ISMAIL: Isso é uma coisa que ainda não vimos, que vamos encontrar depois no texto?

BRASIL: Sim.

MANAL ISMAIL: Então deixamos como está, até chegarmos à essa outra oportunidade na qual aparece, agora com respeito ao que continua a então especificação temporária, criou um sistema fracionado para criar acesso ao que consiste, em potencialmente milhares de políticas diferentes, dependendo do registrador envolvido. Esta falta de políticas uniformes, para acessar informação pública provoca demora, e as investigações são demoradas, ou interrompidas, o comportamento ilícito continua prejudicando o público com registradores negativos que incluem dano físico, financeiro, portanto, o tempo é essencial para implementar uma especificação final que atue nos registradores de gTLD, desenvolvam modelo de acesso de terceiros aos dados não públicos do WHOIS. Algum comentário Brasil?

BRASIL: Obrigado senhora presidente, o Brasil quer pedir que se substitua a palavra ilícita, que apareceu na quarta linha, utilizemos o termo potencialmente injurioso porque nem sempre se é ilícito ou não. ou totalmente daninho, porque uma das partes poderia querer ter acesso aos dados, que de fato não tem a ver com os organismos de cumprimento encarregado do cumprimento da lei, mas sim com funcionários encarregados de cyber segurança, que não está numa posição de determinar se a aç.ao é ilícita ou não.

MANAL ISMAIL: Obrigado, aceitamos essa proposta? Os requisitos existentes na especificação temporária, que regem os dados de registo do gTLD, não estão satisfazendo as necessidades dos investigadores de cyber segurança e os organismos encarregados da aplicação da lei. Os resultados das pesquisas demonstram uma clara tendência de que a implementação da especificação temporária afetou significativamente as capacidades dos profissionais da cyber segurança de cumprimento da lei de investigar e reduzir os delitos. Sim, o Brasil?

BRASIL: Brasil gostaria de pedir que se adicione o seguinte texto: depois de um dos verbos, entre dizer que não está satisfazendo a necessidade, e o texto diria o seguinte, fazendo com que seja mais exigente.

MANAL ISMAIL: Onde colocaríamos exatamente o texto diria: os dados de registo do gTLD.

BRASIL: Que estão fazendo com que seja mais exigente, mas demandante, e pedimos que: o que seja, seja eliminado. E que nos satisfaça as necessidades, então agora pedimos também que apaguem outra palavra, até o artigo na versão em inglês, até esse artigo, e depois acrescentamos mais texto depois da palavra investigadores. Vamos ter que passar à seguinte página, para que os investigadores possam acessar ou ter acesso a dados pessoais. E uma última adição, depois da última palavra crime, adicionaria através do uso de informação, que provavelmente estava disponível no sistema WHOIS.

MANAL ISMAIL: Obrigada. Podemos passar na parte de cima do texto para ver o parágrafo inteiro?

COMISSÃO EUROPEIA: Eu peço ao brasil que justifique os motivos pelos quais pediram a eliminação, e os acréscimos ao Brasil.

BRASIL: Em resposta a pergunta sobre a primeira emenda, sugerida, o Brasil não percebe que as forças da lei sempre tenham, sejam barradas para ter acesso à informação, se eles recorrem aos mecanismos apropriados de acordo com as leis aplicáveis. Ao que entendi o Brasil, o fato de que a adoção da especificação temporária dificultou isso para ganhar acesso, mas não necessariamente que as suas

necessidades fossem comprometidas, e eu vou fazer uma pergunta, qual seria a objeção que você teria em relação ao texto sugerido? Muito obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada Brasil, obrigada Manal, e Thiago pelo raciocínio, razão que nos leva a ter essa necessidade de transmitir uma mensagem mais forte, porque esse texto aqui é, mostra relutância de adotar uma posição sobre se adiantar uma posição negativa ou positiva. E isso tem a ver com o que a informação do WHOIS e uma parte central das investigações e que não podem substituir outras informações. E que não ter acesso à informação significa demoras nas investigações, e isso significa 26% enquanto a área de, investigações interrompidas, então eu acho que é a função pública de proteger a segurança dos indivíduos para prevenir o delito. E dizer que isso tem sido mais exigente já é outro tom. E o texto anterior, acho que é melhor.

MANAL ISMAIL: Obrigada.

BRASIL: Obrigado senhora presidente, obrigada Cathrin pela esperança, as dificuldades que temos para aceitar o texto é que a questão das agências tem a ver com o texto sobre as agências de proteção da lei, que devem ser informadas pela lei, a necessidade de uma agência de proteção da lei é seguir e cumprir com a legislação e adotar a especificação temporária. Não tenho barrado a possibilidade de que

os funcionários de forças das leis tenham acesso aos dados, em correspondência com os procedimentos aplicáveis, mas têm dificuldade aos funcionários das forças da lei para ter acesso à essas informações publicadas previamente e disponibilizadas, mas não necessariamente significa essas informações para essas forças da lei estejam disponíveis. Eu vou tentar repetir isso de uma forma mais direita.

LAUREEN KAPIN:

As legislações que os funcionários dependem, e eu acho ainda que isso permite a outras agências a ganhar acesso aos dados, e o que está acontecendo, os dados previamente disponíveis seguem aos funcionários das forças da lei, sem a necessidade de que eles sigam um acesso devido. Esse processo aqui agora sendo barrado. Esse texto aqui não menciona o GDPR, mas a especificação temporária que tem algumas insuficiência especificamente porque exige um acesso razoável, não define o tipo de acesso, e isso é para obter um acesso razoável, então esse comentário de acordo a sua explicação, parecia que ia soar como uma objeção do que se esse comentário dissesse que o GDPR não conseguiu cumprir com os mandatos das forças da lei. E não é um comentário correto esse, isso tem a ver com a especificação temporária, e o que temos ouvido repetidamente durante todas essas pesquisas, e os representantes da lei, e especialistas em segurança, cyber segurança, e de fato a especificação não cumpre com essas necessidades, não atende essas necessidades.

MANAL: Obrigada Laureen.

TOM DALE: Sim, há uma série de questões logísticas que eu queria aqui comentar, e o que aqui os escrevas, o serviço deve continuar só mais 10 minutos, e o registro da reunião vai ser mantido, haverá a gravação, eles podem adicionar a transcrição, a sala não pode continuar até 10 da noite, essa situação, e talvez os serviços de interpretação também devam cessar. Gostaríamos de demonstrar o nosso apreço aos intérpretes por terem estendido seu horário de trabalho.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada Tom. O texto aqui na tela é aceitável? Alguma sugestão, algum comentário? Laureen por favor.

LAUREEN KAPIN: Nós já comentamos os nossos problemas com a alteração do texto, Brasil.

BRASIL: Podemos voltar ao texto original? É possível para que a Comissão Europeia e os Estados Unidos, que apresentem um texto alternativo, é possível?

ESTADOS UNIDOS: Temos um problema com a premissa do seu comentário que achamos que está baseada numa má interpretação do que nós fizemos. Não

temos um texto alternativo proposto, isso tá baseado não no GDPR, mas na suficiência da especificação temporária.

BRASIL: Sugiro que continuemos e depois que voltemos aqui para continuar discutindo essa parte para entender um pouco melhor as diferenças.

MANAL ISMAIL: Obrigada Brasil. Vamos continuar, temos aqui os bullet, o sistema, a capacidade atual do sistema WHOIS de cumprir com as forças da lei tem sido reduzida drasticamente, essas investigações são adiadas ou interrompidas, muitos profissionais de cyber segurança não sabem como solicitar acesso para a informação não pública, e muitos daqueles que pedem acesso, foram delegados o acesso, o Brasil.

BRASIL: O Brasil comentário tem a ver, o primeiro bullet tem a ver com a relação ao comentário anterior, sugiro que esse bullet seja que o atual, a capacidade dos sistema WHOIS atual possa atender, ou possa facilitar o acesso das forças da lei, aos dados do WHOIS, e isso tem sido reduzido drasticamente.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado Manal, obrigado pela sugestão, eu sei que estão removendo, estão tirando textualmente do que surge da equipe de RDS, para abordar a preocupação que me preocupa para que os organismos encarregados das interpretação da lei queiram dirimir alguma coisa,

podemos falar das necessidades dos pesquisadores, ou dos que realizam as investigações, as autoridades encarregadas da lei, mas se, não vai ficar igual aqui no inquérito.

MANAL ISMAIL: Obrigada Cathrin. Brasil.

BRASIL: Eu entendo que isso se vincula com o anterior, então eu diria que continuássemos falando, que depois falássemos desses dois temas juntos.

MANAL ISMAIL: Existem preocupações similares para os que tentam proteger a propriedade intelectual, então acreditamos que seria útil que ICANN fornecesse uma plataforma específica para coleta de evidências sobre o impacto da especificação temporária. Brasil.

BRASIL: Isso faz partes das concessões com o assinalado precedentemente nos Estados Unidos, se deixamos o texto anterior, sugerimos tirar esse texto. E que diga o GAC, acho que seria útil que a ICANN fornecesse tal, tal (inint) [02:44:22] e retirar aquela parte que fala sobre o uso da propriedade intelectual.

MANAL: WIPO.

WIPO: Com muito respeito eu entendo que isso não está na parte de assessoramento, mas acho que é uma declaração de fatos, e preferimos que permaneça o texto. A preocupação é que há alguns que se concentram nas necessidades dos organismos encarregados da aplicação da lei e nós achamos que também precisamos tomar em conta o que eu respeito aos consumidores, e respeito a propriedade intelectual.

MANAL ISMAIL: Obrigado WIPO. Brasil parece que isso é aceitável?

BRASIL: Brasil considera que a referência à propriedade intelectual já está presente na primeira parte dessa sessão, e é por isso que nos opomos a repetir a referência, obrigado.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, acho que estamos falando de duas referências, é para as questões específicas para proteger a propriedade intelectual que mostram as enquetes, e fizemos referência previamente, talvez haja uma sensação diferente, e acho que não teremos que eliminar essa diferença. Se vamos fazer concessões, podemos considerar que se vamos à sessão anterior, onde havia uma referência à propriedade intelectual que foi vista como um adendo ao que tínhamos colocado como condutas ilegais, podemos dizer em lugar de condutas ilegais

que inclua violação à propriedade intelectual. Então esclarecemos antes, não separamos o cuidado da produção intelectual, as condutas ilegais, não sei se isso no Brasil poderia ser aceito como para chegar a um acordo nesse texto que não constitui assessoria.

MANAL ISMAIL: Brasil tem a palavra.

BRASIL: Sim, aceitamos isso.

MANAL ISMAIL: Obrigado Cathrin e obrigado Brasil. Cathrin, pode repetir o que disse? Porque não podemos, já não temos transcrição, então...

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado. Inclusive para combater as condutas ilegais... Está na terceira Linha, inclusive para combater condutas ilegais tais como a violação à propriedade intelectual, e depois segue, e promover a cyber segurança. E depois tiramos a referência que diz: e evitar a violação á propriedade intelectual que está no final dessa oração.

MANAL ISMAIL: Obrigado Cathrin, fala brasil.

BRASIL: Nós também pedimos remover a referência que fala proteção de consumidores e empresas. Porque por isso colocamos confiança do consumidor anteriormente, para que a oração acabe em internet. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Está bem Lauren?

LAUREEN KAPIN: Não quer proteger as empresas também?

BRASIL: Sim, quero mas esses são exemplos se podem ver que todos esses interesses se vejam expressos como parte de algo, e que está a palavra que diz, inclusive isso e aquilo. Isso não é para nada restritivo.

LAUREEN KAPIN: Então poderíamos coloca-lo dentro da nossa lista de temas porque a minha observação aqui é que nem sequer é uma lista, são duas coisas diferentes, duas coisas, duas entidades diferentes que protegemos, os consumidores, e as empresas. São dois grupos diferentes, em realidade queremos que fiquem incluídos, porque os consumidores não incluem as empresas, e as empresas também merecem proteção.

MANAL ISMAIL: Brasil está pedindo a palavra.

BRASIL: Desculpe, senhora presidente, estava considerando que talvez possamos manter a referência. Se for muito problemático para os Estados Unidos, podemos deixá-lo assim.

MANAL ISMAIL: Estamos sob pressão para finalizar, vão desligar as luzes a qualquer momento. O GAC recebe com agrado o progresso realizado pelo EPDP e enfatiza o compromisso do GAC para contribuir a uma entrega rápida de uma política de RDS integral, devido a complexidade dessa questão o GAC opina que de qualquer forma, existe um risco de que a política integral não esteja estabelecida antes do estabelecimento da especificação temporária. Portanto, a comunidade deveria comunicar como mitigar esse risco.

Continuamos, o GAC segue comprometido a trabalhar com a comunidade de política EPDP para que os terceiros tenham acesso previsível e oportuno a informação oculta do WHOIS, de maneira que cumpra com o GDPR, e outras leis de proteção de dados, embora a carta orgânica do EPDP indica à equipe que tem que definir o que se entende por acesso razoável, o trabalho da comunidade para o desenvolvimento de um modelo de acesso unificado, deveria proceder em paralelo e complementar os esforços do EPDP. Tem a palavra Brasil.

BRASIL: Brasil pede que se elimine a terminologia GDPR e outras leis de proteção de dados, e que ponham as leis de proteção aplicáveis.

MANAL ISMAIL: Pede a palavra a Índia.

ÍNDIA: Era a mesma recomendação que fez o Brasil.

MANAL ISMAIL: Obrigado Índia, isso se aceita? É aceitável? Muito bem. O GAC toma nota da importância de reconhecer e ter em conta outras leis de proteção de dados nacionais, regionais, internacionais. Irã.

IRÃ: Obrigado Manal, acho que deveríamos substituir, tomar nota por enfatiza. Porque tem uma conotação diferente, é um pouco mais do que tomar nota. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Alguém se opõe? Algum outro comentário Brasil?

BRASIL: Com relação aos dois temas pendentes com esse texto aparece no comunicado, nós como solução intermediária voltamos a pedir que fique o texto original.

MANAL ISMAIL: Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigado Manal, não apenas estamos ficando sem os transcritores, mas também sem a voz. Agora acho que não tem sentido esse texto porque isso tinha a ver com o que nós tínhamos discutidos sobre GDPR, e agora apagamos essa referência exclusiva ao GDPR no parágrafo anterior, então já não há algo como outras leis de proteção de dados nacionais, regionais e internacionais. Porque removemos a referência ao EPDR antes. Não sei se teríamos que eliminar tudo isso, porque agora gera confusão.

MANAL ISMAIL: Alguma objecção com relação à eliminar essa última oração? Muito bem, então eu acho que vamos esperar uns minutos, até que discutam esse texto. Não, desculpe, brasil.

BRASIL: Obrigado Manal, exatamente trata-se desse texto, para chegar a uma solução intermediária, sugerimos que o texto não apareça no comunicado, e voltemos ao texto original. E falemos desses dois temas pendentes que tinham ficado por ali, quando discutimos se estava bem manter as referências às necessidades dos funcionários encarregados do cumprimento da lei. Voltando ao texto original, entendendo que esse não é um texto que corresponde ao assessoramento.

FABIEN BETREMIEUX: Então para que fique claro, é isso que estava antes, os dados publicamente disponíveis.

BRASIL: É no segundo ponto, acho que não há objeção ao que nós pensamos ou propomos em realidade incluir. Obrigado.

MANAL ISMAIL: Algum outro comentário sobre a parte de GDPR? Irã, por favor.

IRÃ: Sim Manal, queríamos ver por que o GAC enfatiza etc., porque foi eliminado? Porque isso foi falado na equipe de EPDP, também no grupo reduzido do GAC entre os membros titulares e suplentes, porque dizia além do GDPR, tínhamos que analisar outras legislações nacionais, regionais, internacionais que não se limitam, ficou em algum outro lugar ressaltado?

MANAL ISMAIL: Não. porque foi eliminado, porque se disse que já em realidade eliminamos no texto anterior. Então já não tem sentido incluir essa oração como está, porque já eliminamos a referência. O GDPR e as leis de proteção de dados.

-
- IRÃ: Mas em outro lugar pode ir?
- MANAL ISMAIL: Fica implícito no texto. Não foi transferido a outro lugar, foi eliminado, porque agora ficou implícito em todo o texto. Laureen.
- LAUREEN KAPIN: Talvez eu possa esclarecer algo Kavouss, as modificações efetuadas que foram eliminar as referências em particular ao GDPR e fazer referências mais gerais às leis de proteção de dados aplicáveis, fala de todas as jurisdições, não só a União Europeia, por isso pensamos que já isso não é necessário. Esperamos que isso ajude a entender a eliminação.
- MANAL ISMAIL: Obrigada, vejo que Irã está acenando positivamente, obrigada Laureen por me ajudar a esclarecer esse ponto. Mais alguma coisa sobre o GDPR? Muito bem, então fica, resta a sessão da reunião governamental de alto nível. Recebemos o texto que teria que ir dentro da Reunião Governamental de alto nível.
- BANGLADESH: Desculpe senhora presidente, poderia abaixar duas linhas? Nós vemos que o GAC...

MANAL ISMAL: Um momento, por favor, de que sessão, a que sessão está se referindo?

BANGLADESH: Ao parágrafo dois que está ali, porque estamos falando das leis de proteção de dados, inclusive o GDPR. Porque estamos falando das leis de proteção de dados, inclusive o GDPR, então, o que estamos propondo eliminar, acho que deveria permanecer assim, permanecer essa referência. Talvez estou enganado, mas o que estou dizendo é, se aqui especificamente estamos falando do GDPR, então podemos eliminar isso, essa ideia se tiramos isso. e mencionamos dentro de outras leis, se mencionarmos dentro de outras leis, temos que respeitar o resto das nações.

MANAL ISMAIL: Cathrin?

CATHRIN BAUER-BULST: Muito obrigada Manal, quero esclarecer a referência agora às leis de proteção de dados aplicáveis, que incluem o GDPR, mas se fala das leis de proteção de dados em geral. E não há uma referência específica, o GDPR. Então parece estranho falar depois de outras leis que falem de proteção de dados em nível nacional, internacional, regional, porque senão fizemos referência antes, o que se colocou foi como vamos levá-los em consideração, se já fizemos referências como aquelas que são aplicáveis. É por isso que a última oração já não tinha sentido logicamente, por isso pensamos que devíamos eliminá-la, porque não

havia nem preeminência, nem prioridade ao GDPR, estávamos falando de um texto que reconhecia universalmente , que a legislação de proteção de dados aplicável.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado Cathrin, agora passamos para a parte da reunião governamental de alto nível. O texto proposto diz: as opiniões de uma intervenção foram discutidas no contexto da redação desse comunicado, nesse contexto alguns membros do GAC colocaram a necessidade de encontrar maneiras e meios de abordar o direito dos cidadãos dos países interessados com relação ao DNS e os assuntos vinculados aos TLDs, para prevenir os impactos negativos das medidas e sanções coercitivas unilaterais. Outros países não compartilharam essas opiniões. Esse é o texto que está acordado. Alguma opinião? Estamos verificando se há algo mais no comunicado que tenhamos que modificar. Trinite e Tobago.

TRINIDADE E TOBAGO:

Carol Douglas, para que conste nos registros, um comentário breve, as medidas unilaterais coercitivas tem algum significado particular? Porque não estou a par desse termo. Não sei se tem um significado específico, porque poderia ser útil para o leitor desse documento, para que quem leia esse documento saiba o que significam essas palavras.

IRÃ:

Sim, obrigado pela pergunta. Há um significado, esse é um termo e há um relator especial para o conselho de direitos humanos, e também

nas Nações Unidas é utilizada esse termo com significado especial para as medidas coercitivas e unilaterais, temos esse termo, e é conhecido.

MANAL ISMAIL: Obrigado Irã, Suíça. Desculpe por fazê-lo esperar.

SUÍÇA: Obrigado Manal, Jorge Cancio para os registros. Eu tenho duas perguntas, necessito um esclarecimento, e peço desculpas se esse não é o momento correto para fazê-lo, me interrompam. Em primeiro lugar incorporamos esse texto agora na sessão correspondente à reunião governamental de alto nível. E a recomendação sobre o marco de interpretação foi aceita? Porque agora retiramos esse texto e queria saber o que se passou com isso. e essa é a primeira pergunta. Se vocês me permitem, quanto ao texto que nós tínhamos sobre a declaração de cessão do Brasil, eu gostaria de fazer uma pergunta para ter mais clareza. Não encontro a lista de países em nenhum documento, fonte. Talvez então algum desses países, o Brasil, por exemplo, possam nos dar a fonte onde se encontre essa lista de países.

TOM DALE: Obrigado Manal, obrigado Jorge, quanto ao segundo ponto, Olga sugeriu esses nomes, e ela já não está aqui, mas gostaríamos de assegurar-nos de que a lista de países e cujo apoio foi indicado para essa declaração do Brasil no CCWG, seja a correta, vamos tentar assegurar-nos de que nos registros públicos esses nomes fiquem

incluídos corretamente, porque isso já está no relatório enviado ao CCWG. Pelo que entendi o texto, na parte superior aqui da tela, substituía o texto prévio. O texto que antes tava na sessão de prestação de contas.

SUÍÇA: Mas a intenção da minha pergunta era a seguinte, quando nós começamos com essa conversa sobre esse texto, que agora estamos aqui na sessão da reunião governamental de alto nível, nas recomendações que já estavam aprovadas pelo GAC, nós tivemos a recomendação sobre direitos humanos, e falta um bullet, incluímos então, essa é a minha pergunta, vamos incluí-las?

MANAL ISMAIL: Sim, vamos colocá-la de novo, Senegal e depois Trinidad e Tobago.

SENEGAL: Obrigado Senhor Presidente, quanto à lista de países, e que é proposta pelo Brasil, eu gostaria de... é para a lista de países então eu gostaria de propor que ela seja eliminada para que o documento seja mais impessoal, e para que nos foquemos na proposta do Brasil, isso é, suprimir toda a lista dos países que vem depois ao invés de tirar apenas um item. Não sei se ficou claro ou não, Tom por favor, você poderia mostrar o parágrafo que diz quais são os países que apoiam a proposta do Brasil? Seria melhor mostrar isso na tela? São esses países aqui, a frase acaba com a palavra Brasil, e o resto é eliminado e o resto é para que o texto seja mais impessoal, porque nós propomos esses,

ou colocamos esses países, e alguns deles não estão na sala aqui presentes. E então parece uma propaganda e esse não é o objetivo. Então vamos eliminar a lista dos países diretamente.

MANAL ISMAIL: Obrigada Senegal, então temos aqui a sugestão de eliminar a lista de países e deixar só o Brasil.

BRASIL: O Brasil se opõe às sugestões do Senegal, porque justamente houve consenso a respeito do que está aqui na tela, e não gostaríamos de realizar essa discussão.

MANAL ISMAIL: Obrigada Brasil, Trindade e Tobago.

TRINIDADE E TOBAGO: Obrigada pela explicação Irã, simplesmente eu diria que essas palavras tem um significado específico enquanto a posição com as palavras a respeito de seu significado comum, em qualquer dicionário, então se neste caso tiverem um significado específico, estiverem meio, todos aqueles que lerem o documento saberão o que significa e deverão saber qual é o significado das palavras específicas e se elas tiverem um significado específico e diferente. É importante ter aqui a definição, por exemplo, numa nota de rodapé, para que aqueles que lerem o documento tiverem uma referência sobre o significado dos termos.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada. Anotamos aqui, registramos a sua sugestão, mais algum comentário sobre outra parte do comunicado? Muito bem então concluímos a redação do comunicado, do dia de hoje, e das reuniões do GAC da semana toda, peço desculpas, é muito tarde, boa noite, muito obrigado aos interpretes, pessoal de apoio, e pedimos desculpas por estarmos aqui até tão tarde. Muito obrigada, todo pessoal de apoio técnico.

ESTADOS UNIDOS: Eu não vou estar aqui amanhã, só queria cumprimentar publicamente ao Tom, agradecer pelo trabalho esses anos, e foi muito útil durante todos esses anos.

TOM DALE: Últimas palavras ao GAC de Tom Dale, boa viagem, até mais.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada, Tom. Trindade e Tobago.

TRINIDADE E TOBAGO: Antes de todos saírem daqui, eu acho que seria injusto a minha parte se não agradecesse Manal pelo seu excelente trabalho, também os vice-presidentes, por esse trabalho tão bem desempenhado, excelente, muito obrigado.